



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXV — Nº 037

QUARTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 1980

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

- | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>1 — ATA DA 47ª SESSÃO, EM 29 DE ABRIL DE 1980</p> <p>1.1 — ABERTURA</p> <p>1.2 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA</p> <p>Finalidade da presente sessão, destinada a reverenciar a memória do Doutor José Américo de Almeida.</p> <p>Oradores:</p> <p><i>SENADOR DINARTE MARIZ</i></p> <p><i>SENADOR HUMBERTO LUCENA</i></p> <p><i>FALA DA PRESIDÊNCIA</i></p> <p>1.3 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO</p> | <p>2 — RETIFICAÇÃO</p> <p>— Ata da 38ª sessão, realizada em 17-4-80</p> <p>3 — ATO DA COMISSÃO DIRETORA</p> <p>— Nº 7, de 1980</p> <p>4 — ATAS DE COMISSÕES</p> <p>5 — MESA DIRETORA</p> <p>6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE BLOCOS PARLAMENTARES</p> <p>7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</p> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

ATA DA 47ª SESSÃO, EM 29 DE ABRIL DE 1980
2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura
PRESIDÊNCIA DO SR. NILO COELHO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRs.
SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guiomard — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Dinarte Mariz — Cunha Lima — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Tancredo Neves — Franco Montoro — Orestes Quércia — José Caixeta — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Gastão Müller — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Saldanha Derzi — Leite Chaves — Lenoir Vargas — Tarsó Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Havendo número regimental, declaro aberta a sessão que se destina a reverenciar a memória do Doutor José Américo de Almeida.

Convido S. Exª o Sr. Ministro Antônio Neder, Presidente do Supremo Tribunal Federal a compor a Mesa. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dinarte Mariz, que falará em nome da Maioria.

O SR. DINARTE MARIZ (PDS — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Exmª Sr. Presidente do Senado Federal, Exmª Sr. Ministro Antônio Neder — Presidente do Supremo Tribunal Federal, Exmª Sr. Ministro Geraldo Starling Soares — Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Exmª Sr. Ministro Aldir Passarinho, Srs. Ministros, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Oficiais-Generais, meu caro Ministro Reynaldo de Mello Almeida.

“Os mais moços quererão saber que espécie de homem é esse, cuja memória se celebra, na passagem de seu centenário, como uma dívida histórica. O panegírico não basta. Admirar é uma forma de compreender e toda a compreensão é um julgamento. Mas para não negar nem exagerar só se tomando as medidas à vida que se interpreta.” (José Américo de Almeida — “Discursos do seu Tempo”, Epitácio Pessoa, Força e Sentimento. 3ª Edição, pág. 219.)

Com estas palavras de sua lavra, que muito bem poderiam ser proferidas, nesta hora, a respeito de sua vida e sua obra, José Américo de Almeida começou a sua oração sobre Epitácio Pessoa, em 1965, nas comemorações dos cem anos de nascimento do insigne Presidente que a Paraíba deu ao Brasil, para iniciar o ciclo de redenção do Nordeste. Para evocar a trajetória luminosa de José Américo, astro-rei do firmamento político nordestino, sol que durante mais de 90 anos iluminou os sertões do Nordeste e reverberou pelos céus brasileiros, vida plétórica e exuberante como a natureza — é necessário se tomar as medidas à vida que se interpreta.

O que aqui trago é só um testemunho e uma admiração. Não é uma biografia, nem uma interpretação. Falarei a vôo de pássaro do estadista, do reformador, do tribuno, do político, do parlamentar e do escritor, gizando um painel da terra e um perfil desse homem extraordinário, desse bravo e forte homem do Nordeste, lidador de todas as horas, brasileiro integrado no sonho da salvação nacional, gemido da terra, clamor dos humildes, evangelista da democracia, espadachim do verbo alado, beletista da palavra escrita, voz e grito de um povo.

Conheci pessoalmente José Américo de Almeida no interior da Paraíba, em 1930, na condição de Secretário-Geral do Estado do Governo João Pessoa, espécie de Primeiro-Ministro, combatendo os insurretos de “Princesa”. Com o desdobramento da Secretaria-Geral, ele passou a exercer a Secretaria

de Interior e Justiça, e, afinal, a de Segurança Pública, na hora difícil em que a Paraíba encontrava-se convulsionada pela ação guerreira dos rebeldes de Princesa, sob o comando do coronel José Pereira. A situação estava verdadeiramente crítica e perigosa. Os rebeldes organizavam-se em guerrilhas, já se tornando uma ameaça para as forças legalistas, pois contavam com centenas de adesões, a cada dia, de contingentes humanos recrutados em todas as regiões do Estado, mercenários aliciados pelas oligarquias latifundiárias. Consciente do impasse desses problemas e da gravidade da situação, assumiu o comando das forças legalistas que terminaram por impor completa derrota aos revoltosos e aí prevaleceu o lado humano de sua personalidade, tratando os vencidos com compreensão e humildade, que é o apanágio dos fortes.

Depois do primeiro encontro, o nosso relacionamento se tornou, de logo, fraternal e afetivo, estruturado numa confiança recíproca e inspirada em objetivos e ideais comuns, dando lugar ao nascimento de uma amizade que, para honra minha, conservou-se intocável e crescente por toda a existência.

Nos primeiros dias da Revolução de 30, cujo cinquentenário se comemora este ano, chegava José Américo a Natal, investido na condição de Governador Geral do Norte, acompanhado de Juarez Távora e de vários oficiais revolucionários. Por solicitação sua, acompanhei-o até a residência do Desembargador Silvino Bezerra, ocasião em que foi formulado o convite àquele homem puro e honrado magistrado para assumir a Interventoria do Rio Grande do Norte. Em sua companhia vinham ainda o Dr. Irineu Joffily e o Capitão Abelardo Castro, um dos membros da Junta Revolucionária em meu Estado. Com a recusa do magistrado integérrimo, irmão de José Augusto Bezerra de Medeiros, um dos Chefes da situação decaída, a Interventoria acabou por ficar nas mãos de Irineu Joffily, casado com uma norte-riograndense e preso à terra pelo coração.

Posteriormente, fui encontrar José Américo em João Pessoa, na casa de um seu irmão em Tambaú, quando concedia entrevista ao então repórter do *Diário de Pernambuco*, o ex-deputado Raul de Gois, época em que se promovia um levantamento nacional dos itinerários percorridos pela Revolução de 30. Nesse instante, ele cunhou uma de suas memoráveis frases, que obteve profunda repercussão em todo o País e que valia por um exame de consciência e um convite ao redirecionamento dos rumos da vida pública. Dizia ele:

“Já é tempo de esquecer o mal que eles fizeram para interrogar a nós mesmos o que fizemos até agora.”

Era a voz da consciência crítica do lutador, a advertência do estadista, a eterna vigilância do homem preocupado e responsável pela perenidade das lutas e vivência dos ideais pelos quais pelejava e que constituíam seu catecismo cívico.

Em 1932, recebi-o no Seridó, primeiramente no açude “Gargalheiras”, depois em Caicó. Era José Américo Ministro da Viação e eu ainda me encontrava, embora resignatário, no cargo de Prefeito Revolucionário de Caicó. A chegada do Ministro à minha cidade, naquela fase desesperadora da seca de 32, foi um espetáculo chocante e comovedor. À frente de sua comitiva, apresentei-o ao povo que se aglomerava em praça pública, uma multidão de flagelados em estado de verdadeiro desespero, famintos e andrajosos, com as últimas esperanças voltadas para aquele homem que representava o Governo e a salvação. José Américo transfigurou-se, diante daquela cena dantesca. Vamos ler suas palavras, descrevendo aquele instante dramático, evocadas em discurso proferido na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, em outubro de 1973, quando se sagrava cidadão potiguar. Disse ele:

“Ainda conservo nos ouvidos o clamor de um vento estrangulado nas arestas de granito. Um antigo pensador aconselhava: fala pouco dos outros e ainda menos de ti. Há, entretanto, episódios que falam por si. Em Caicó, a cidade estava infestada de uma multidão ululante. Eu fechava as fronteiras para que não se escoasse a seiva de Vossa resistência e os centros urbanos eram superlotados. Indaguei dos engenheiros que me acompanhavam se havia nessa área algum açude estudado. Havia o “Itans”, mas foi logo condenado por não dispor de área de irrigação. Todos os técnicos se opunham a sua construção. O que importava era fazer do flagelado um elemento ativo e deixar mais um marco. Procurei ser racional e gritei da janela para a onda que se comprimia com os braços estendidos para mim: — “Quem tiver em casa uma foice, um machado, uma enxada, qualquer instrumento de trabalho, está desde agora alistado como operário.”

Começou o desmatamento e lá está a represa abastecendo a cidade de tudo.”

Lembro-me de suas ordens transmitidas ao Dr. Leonardo Arcoverde, Chefe do Distrito Regional do DNOCS: “O povo está faminto. Mande cha-

mar o engenheiro mais próximo e dê início aos serviços amanhã”. E virando-se para mim: “Diga ao povo que quem se apresentar no local do serviço ganhará o dia”. Todas as medidas urgentes foram tomadas e, no dia seguinte se procedia ao alistamento do pessoal e os armazéns recebiam autorização para fornecimento de víveres. E ninguém mais passou fome desde esse dia em diante. Ele passou a ser reconhecido e proclamado, com toda justiça a partir dessa data, como o salvador do Nordeste.

Ainda em 1932, fui encontrar José Américo no Rio de Janeiro. Ali, eu havia chegado preso, após o insucesso da Revolução de 32, em São Paulo, com a qual fui solidário. Por sua intercessão junto ao então ditador Vargas fui libertado e passei a ter a cidade por *ménage*. Por intermédio de Plínio Lemos obtive audiência com o Ministro José Américo para agradecer as suas gestões em favor da minha liberdade. Naquela hora ele me disse:

“Já é tempo de darmos ao Rio Grande do Norte condições para a sua pacificação política. Estou certo de que o Getúlio tomará medidas para que isso ocorra.”

Confesso a alegria que experimentei, vendo nas suas palavras um aceno para a substituição de então Interventor de meu Estado, responsável pela agitação política e pela intranquilidade imperante no Rio Grande do Norte, e por toda uma série de perseguições que culminaram com a minha prisão e o conseqüente exílio de minha terra.

A convite seu, voltei muitas vezes ao Gabinete, no Ministério da Viação.

Assisti, em 1937, ao lançamento de sua candidatura à Presidência da República, no edifício da Câmara dos Deputados, Palácio Tiradentes, ocasião em que discursaram sobre o episódio cívico o então Governador de Minas Gerais, Benedito Valadares e o Ministro e tribuno ardoroso, João Neves da Fontoura.

Fui assíduo freqüentador de sua residência, no Jardim Botânico, na Rua Getúlio das Neves, 25, e ali repassávamos sempre, em longas tertúlias políticas, os fatos do cotidiano nacional. Nessas horas acrisolou-se a minha admiração e minha fidelidade à sua vida e ao seu ideário político.

No meu Estado articulei as forças políticas, arregimentando todas as lideranças válidas para o apoio à sua candidatura à Presidência da República. Vi, em sua casa, verdadeiras multidões que se renovavam e se entusiasmavam na solidariedade à sua causa. Era o Nordeste que renascia para as suas esperanças e o Brasil que se preparava para o reencontro com a Democracia.

Tive conhecimento prévio de gestões suspeitas, em que emissários secretos da situação promoviam sondagens junto aos Governadores estaduais, arquivando o que veio a ser depois o Golpe de Estado que implantou no Brasil o governo ditatorial denominado “Estado Novo”. Soube da passagem por Natal do então Ministro da Justiça, Negrão de Lima, um dos embaixadores dessa missão, e tomei imediatamente um avião para o Rio de Janeiro e fui transmitir ao candidato o ocorrido. Ao comunicar-lhe o fato o Ministro acrescentou: “Já o Amando Fontes me deu notícia de sua passagem por Sergipe”.

José Américo, era o candidato das forças renovadoras do País e o favorito dos revolucionários de 1930. A brilhante e fecunda gestão à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas, de 1930 a 1934, projetara-o nacionalmente como um administrador capaz e probo, apto a assumir o Governo do País. A campanha foi iniciada com um comício na Esplanada do Castelo, onde os discursos ardorosos de notáveis oradores incendiavam a emoção das massas, apesar da chuva implacável que caía. Foi um espetáculo estupendo e uma consagração apoteótica. O desenrolar da campanha foi uma luta cheia de lances emocionantes entre os dois candidatos rivais. José Américo lançava às massas as duras verdades acerca da realidade nacional, analisava a situação econômica do País, criticava a sua desorganização social, a falta de habitação, de saneamento básico, os baixos salários, a legislação trabalhista distorcida, e as manobras políticas da ditadura. Durante a campanha eleitoral o candidato José Américo obteve o apoio das lideranças políticas dominadoras em 17 Estados, sendo que o seu oponente, o Governador resignatário de São Paulo, Armando Sales de Oliveira, só conseguiu a solidariedade de três unidades da Federação. Quando Getúlio Vargas sentiu que era inevitável a vitória de José Américo e que ele era, àquela altura, o mais representativo chefe da Revolução de 30, aureolado pela consagração popular a ser confirmada nas urnas, maquinou o adiamento e a suspensão do processo eleitoral. José Américo oficializou o seu protesto violento contra o golpe, através de telegrama entregue em mãos, ao Sr. Flores da Cunha, e recolheu-se às suas funções de Ministro do Tribunal de Contas da União.

Foram 8 anos de eclipse e de sombras no País. A democracia e a liberdade, proscritas da Nação, refugiavam-se no coração dos líderes e exilados. A censura emudeceu a Nação. O silêncio foi quebrado, em 1945, ao conceder sua famosa entrevista ao *Correio da Manhã*, ditada ao repórter Carlos Lacerda,

entrevista esta que foi o grito e a bomba a despertar a Nação e a abalar os alicerces do Estado Novo, fazendo ruir a ditadura.

"No momento em que se pretende transferir a responsabilidade da situação dominante no Brasil da força que o apóia, a chancela do povo é a própria ditadura expirante que nos dá a palavra. É preciso que alguém fale, e fale alto, custe o que custar."

Com a sinceridade, a coragem e a sabedoria política que lhe eram peculiares, dizia a certa altura da entrevista famosa:

"Só três brasileiros, na minha opinião, não podem ser candidatos à Presidência da República nesta quadra. Os dois primeiros somos eu e o meu antigo competidor na malograda sucessão presidencial de 37, o Sr. Armando Sales de Oliveira. Na campanha da sucessão nós dividimos a opinião, como era natural em momento de normalidade eleitoral. Mas hoje precisamos estar unidos e contribuindo para a unificação das forças políticas do Brasil em benefício da restauração democrática. O terceiro incompatível é o Sr. Getúlio Vargas, porque se incompatibilizou com as forças políticas do País. Malsinou tanto os políticos e as organizações partidárias, em seus recentes discursos, que os mais sensíveis, isto é, os mais briosos já se arremeteram contra ele. E o que convém à Nação é um homem capaz de fazer convergirem para o seu nome e o seu programa todas as correntes de colaboração. As forças políticas nacionais já têm um candidato. É um homem cheio de serviços à Pátria, representa uma garantia de retidão e de respeito à dignidade do País. As referências já foram fixadas. Os campos estão definidos. Já quase não há neutros. As posições estão ocupadas para a batalha política."

O sopro libertário que varria o mundo, após o término da 2ª Grande Guerra, reacendia em nossa terra o entusiasmo democrático que hibernava no sono letárgico da ditadura. O País não tinha voz, com o Congresso fechado, de onde José Américo tinha saído por um ato de renúncia. Era a imprensa, malgrado a censura, que se convertia no desagudouro das torrentes impetuosas da redemocratização. Após a entrevista de José Américo, Vargas apressou-se em anunciar eleições, ordenou a elaboração de uma legislação eleitoral e preparou os partidos e os candidatos.

A eleição se desenhou no horizonte, mas Vargas ainda tentou uma revolta, insinuando uma "Constituinte com Vargas", após anistiar os presos políticos, inclusive integralistas e comunistas. O candidato oficial era o General Eurico Dutra e o da Oposição o Brigadeiro Eduardo Gomes, dois militares de prestígio nas Forças Armadas. O golpe que Vargas chegou a sonhar não prosperou, porquanto os candidatos, em 1945, eram militares e não civis como em 37, e aos primeiros sintomas de manobras continuístas do ditador os Chefes armados depuseram-no. José Américo empenhou-se na campanha do Brigadeiro com ardor e civismo invulgar, pois fora ele, juntamente com Juracy Magalhães quem concorreu mais decisivamente para que o Brigadeiro assumisse a responsabilidade do movimento revolucionário para derrubada da ditadura, movimento esse que posteriormente se transformou em partido político com a denominação de União Democrática Nacional.

Simultaneamente a Paraíba vivia momentos de reformulação dos seus quadros partidários e fui, muitas vezes, discretamente, intérprete de seu pensamento junto a companheiros políticos e adversários convocando-os para a união da Paraíba em torno de sua chefia. Em um jantar que ofereceu em sua residência, aos líderes políticos de seu Estado e ao qual estive presente como único político de outra gleba, justificou esse fato alegando o papel que eu havia desempenhado para que se chegasse aquele conagraamento de forças e idéias, que se festejava naquela noite. Desses entendimentos nasceu a candidatura Oswaldo Trigueiro ao Governo da Paraíba, até então seu adversário e de quem se aproximara através de gestões por mim desenvolvidas. Eram ambos adversários políticos e desafetos pessoais, e Oswaldo Trigueiro, meu dileto amigo, regressava dos Estados Unidos e me dizia que não tinha mais horizontes em sua carreira política, desde que a chefia do Partido estava nas mãos do Ministro. Disse-lhe que conhecia José Américo e sabia de sua generosidade e magnanimidade de alma e coração, e passaria a gestionar visando ao conagraamento das forças e à paz de ambos os líderes. Fiz-lhe sentir que José Américo seria sensível ao diálogo e analisaria o problema político e a posição pessoal do meu amigo Oswaldo Trigueiro, acolhendo-o na proporção de seu prestígio e no valor de seus méritos. Foi o que deu. Assim era José Américo.

Em outra ocasião, convocado por ele ou por amigos e liderados seus, tive oportunidade de reatar amizades estilhaçadas nas refregas eleitorais, emendar laços de fraternidade rompidos no fragor de lutas, muitas delas inglórias. Há poucos dias recebi plaqueta oferecida pelo meu dileto amigo Deputado Ernani Satyro, que também governou a Paraíba e que esteve contra e ao lado de

José Américo, com esta significativa dedicatória: "A Dinarte, que me reaproximou de José Américo, em 1945, o abraço do Ernani".

Em 1946, José Américo foi eleito para o Senado, na legenda da UDN, sendo que o PSD não teve condições de indicar candidato para enfrentá-lo. Em 1950, a cisão na UDN paraibana levou José Américo a separar-se de seu grande amigo Argemiro de Figueiredo. Disputaram o Governo do Estado e José Américo, apoiado pelo PSD, PL e outras agremiações menores, elegeu-se Governador. Nessa campanha, a sua oratória flamejante atingiu níveis do mais puro deslumbramento. Cita-se um discurso seu, feito em praça pública, em Souza, município vizinho do Estado do Ceará. Ele discursava em tom quase inaudível, quando um popular pediu-lhe, em forte brado, para que falasse alto, indagando a razão daquele quase sussuro. Ele, de pronto, respondeu: "Falo baixo para que os cearenses não ouçam que eu ainda preciso pedir votos na Paraíba, para ser Governador da minha terra". Foi um delírio popular. O paraibano, apaixonado das frases feitas e de efeito, e profundo admirador dos grandes oradores, fez a frase circular de cidade em cidade, contada em prosa e cantada em verso, no endeusamento desse titã da oratória.

Dessa campanha ficou famosa a frase mais citada em comícios de todo o Norte. "Voltar é uma forma de renascer; ninguém se perde na volta."

Voltando ao Governo do Estado tomou posse em praça pública, fato esse que passou a ser imitado pelos Governadores dos Estados nordestinos, vindos depois dele. Atacou os problemas básicos do Estado, como estradas, produção agrícola, expansão do ensino e abastecimento. Durante seu Governo, desenvolveu um plano de assistência social, que fez desaparecer a mendicância, através de um sistema de pensão paga pelo Estado. Incrementou o programa de cooperativas agrícolas e mudou a fisionomia da capital.

Mas o ponto culminante de seu Governo foi a criação da Universidade da Paraíba, da qual veio a ser seu Reitor, posteriormente. Sei de sua ufania e do seu entusiasmo, pois Deus me concedeu, também, a graça de criar a Universidade do Rio Grande do Norte, quando governador de minha terra. Discursando na instalação da Universidade disse o primoroso tribuno:

"Auxiliei o ensino. O dinheiro não era meu, era do Estado. A questão é saber dar e a quem dar. A forma mais sábia foi convertê-lo em ouro, criar uma idade áurea da inteligência e da cultura. Com esses recursos, poderia ter erguido monumentos e assinalado meu programa com maiores realizações, mas o valor humano precipita-se além da temporariedade dos governos, moldando civilizações, em lugar da pedra bruta. Bem podeis avaliar minha alegria, vendo a inteligência paraibana florescer e sendo parte nessa floração. Tenho os meus canteiros e minhas mãos se perfumaram colhendo flores, quanto mais esses campos semeados pelo mais alto dos ideais desabrochando em raios de sol."

E concluiu dizendo aos professores e alunos:

"Eu vos dei raízes; outros vos darão asas e o selo da perpetuidade." Sobre ele e a respeito de sua obra, escreveu Abelardo Jurema:

"Sua grande e imortal obra estava na criação da Universidade, a qual bastaria para imortalizar a sua história na Paraíba. Vivíamos, há séculos, "às expensas da instrução superior de Pernambuco; não podíamos formar a nossa própria mentalidade integrada como nós mesmos, o que obtivemos com a nossa Universidade que é hoje um padrão não apenas nos quadrantes da vida brasileira, mas projetada nos meios universais pela ação de seus dirigentes. O pedestal, a base, tudo se deve ao Doutor José Américo de Almeida."

Governou a Paraíba menos de dois anos, convocado mais uma vez, em 1952, por Getúlio Vargas, desta feita Presidente Constitucional do Brasil, para novamente dirigir o Ministério da Viação e Obras Públicas. Dedicou-se ao Nordeste, sofrendo os efeitos da seca outra vez. Surgiram novas estradas, pontes, açudes e outros sinais de sua obra assistencial e criadora.

A sua segunda passagem pelo Ministério da Viação veio confirmar suas excepcionais qualidades de homem de visão e de inigualável administrador. Os nordestinos tinham, mais uma vez, um defensor incansável e indormido de suas reivindicações.

Assisti à sua posse, e ao se investir no cargo falou alto e forte, dizendo que vinha possuído do mesmo ímpeto de servir ao País e ao Nordeste. Passando uma vista d'olho por sobre a multidão divisou uma presença *non grata*, a quem já fizera restrições em sua gestão anterior, e em voz mais alta, para que todos ouvissem, exclamou:

"Pensei que eles tivessem mudado. Mas estou vendo os mesmos negociastas que de outra feita expulsei do meu Gabinete cortando-lhes as ambições."

Era assim, enérgico, quase agressivo, na defesa da moralidade, no combate à corrupção e no desafio aos corruptos.

Com essa advertência, ele recordava um dos episódios marcantes de sua corajosa vida de administrador, quando Ministro da Viação, pela primeira vez, em 1932. Naquela ocasião ele eliminou a cláusula ouro no pagamento dos serviços industriais do Estado e reduziu as taxas de gás e luz, enfrentando a Light que era considerada um Estado dentro do Estado. Deu à população da Capital Federal luz pelo preço justo e ela pôde contemplar o Cristo iluminando no alto do Corcovado sem que pagasse um centavo a mais pelo fulgurante espetáculo. Era um homem de atitudes e de coragem inabalável.

Fez outra grande administração na Pasta da Viação.

Com a morte trágica de Getúlio, retornou ao Governo da Paraíba para concluir o seu mandato de Governador, o que fez, deixando o Palácio sob uma consagração inesquecível e inimaginável.

Quando da ascensão de Café Filho à Presidência da República, após os trágicos acontecimentos de agosto de 1954, o potiguar que chegava à Chefia da Nação, encarregou-me de contratar o Ministro José Américo e sondar-lhe a possibilidade de integrar o novo Ministério. Sabia o Presidente Café Filho que bastaria a presença de José Américo em seu Ministério para captar a confiança do Nordeste e o respeito do País, para com o Governo que se implantava em instante de profunda comoção pública e traumatismo nacional. A resposta foi negativa, mas em tom pessoal e confidencial, acrescentou: "A primeira coisa que ele deve fazer é dar unidade às Forças Armadas". Dizia-me que fizesse minhas, perante o Presidente, essas suas palavras conselheiras estadista sereno e observador atento dos fatos políticos.

José Américo tinha agora por objetivo único e inarredável terminar o seu período de Governo na Paraíba e entregar o Estado pacificado e com as finanças saneadas.

Abandonou a vida pública e recolheu-se à praia de Tambaú para a companhia dos seus livros, em cuja solidão compôs as páginas imortais do memorialista prodigioso que foi.

Apesar disso sua casa passou a ser a Mecca, onde todos iam ouvir suas previsões oraculares, aconselhando, orientando e analisando os rumos da vida política, que durante tanto tempo fora sua paixão e agora era apenas sua lembrança.

Querida viver na solidão, ele que fora um homem das multidões. Solidão e multidão, pólos de um mesmo destino misterioso e formidável, foram os dois pontos de imantação dessa vida que conheceu todas as altitudes e na qual se realizou, na plenitude de seus vãos, a vocação de um homem talhado para ser, no espaço e no tempo, na terra e no espírito, a imagem de um povo, de uma raça e de uma nacionalidade.

José Américo era o protótipo maior e mais perfeito de nossa raça. Ele agasalhava em sua alma todas aquelas virtudes que tipificam o nordestino, a coragem, a bravura, a honestidade, o amor ao trabalho, a solidariedade com o sofrimento do semelhante e a fidelidade à terra e ao chão natal.

A vida de José Américo é a plataforma de sua geração e o será das gerações que vierem. Eis um instantâneo colhido com a objetiva da memória, focalizando a imagem desse homem invulgar e dessa vida exemplar.

Nascido em Areia, no interior da Paraíba, em 1887, fez os preparatórios no Seminário da Paraíba e logo depois os repetiu no Liceu Paraibano, Bacharelou-se em Direito, no Recife, em 1908, sendo um autodidata. Leu todo o Castilho, Camilo Castello Branco, Vieira, Bernardes, Frei Luiz de Souza, Eça, Machado e outros autores franceses, ingleses e italianos. Depois de formado foi nomeado Promotor Público na cidade de Souza, onde esteve durante alguns meses. Veio para a Capital para lecionar Literatura no Liceu do Estado, na vaga de Augusto dos Anjos e não aceitou o convite quando soube que o poeta de "EU e outras Poesias", seu colega e amigo, se afastara do cargo por incompatibilidade com o Governador.

O Sr. Leite Chaves (PTB — PR) — Permite um aparte, nobre Senador Dinarte Mariz?

O SR. DINARTE MARIZ (PDS — RN) — Pois não.

O Sr. Leite Chaves (PTB — PR) — Senador Dinarte Mariz, acho que poucas pessoas nesta Casa tiveram com José Américo de Almeida a convivência que V. Ex^a manteve ao longo da vida, desde 1930. Por conseguinte, ninguém mais qualificado do que V. Ex^a para esta homenagem e para este depoimento. Realmente, a morte de José Américo consternou o Senado Federal. Foi uma das mais expressivas figuras da vida pública, nordestina e brasileira. Nele coexistiam um escritor extraordinário, percurso de uma escola, um grande orador e sobretudo um estadista. Um homem que tinha pela função pública um zelo inigualável. Como falei nesta Casa, José Américo não admitia sequer que o seu automóvel oficial fosse usado pela esposa ainda que para fins inteiramente aceitáveis e compreensíveis. Veja V. Ex^a a seriedade em que ele colocava o posto. E no instante em que V. Ex^a presta esta homenagem, a ela nos associamos e queremos, neste instante, corrigir um atributo que se lhe

dava injustamente. Diziam que José Américo era homem incapaz de perdoar, incapaz de reconciliação. Ele foi, por duas vezes, Ministro de Getúlio Vargas: E quando não se esperava a conciliação, as circunstâncias o determinaram e ele serviu com a mesma dedicação, com a mesma devoção do grande Ministro de 1930, que o Nordeste não esquece. Por tudo isto, minhas congratulações a V. Ex^a, as congratulações da Bancada Petebista nesta Casa.

O SR. DINARTE MARIZ (PDS — RN) — Muito obrigado a V. Ex^a. Continuando, Sr. Presidente, José Américo tentou a advocacia e logo organizou uma próspera e movimentada banca em que permaneceu cerca de um ano. Logo depois se investia no elevado cargo de Procurador-Geral do Estado e em seguida Consultor-Geral do Estado. Em 1926, João Pessoa foi governar o Estado e chamou-o à Secretaria-Geral do Estado. Com o desdobramento da Secretaria em três, o jovem político passou a ocupar a do Interior e depois a da Segurança. Eleito Deputado Federal, foi depurado pela Câmara, não obstante os 23 mil votos obtidos, cedendo lugar a um rival que não tivera 3 mil votos. À frente da Secretaria de Segurança, chefiou a luz contra os rebeldes de Princesa. Com a vitória da Revolução de 30, foi escolhido para governar a Paraíba, acumulando as funções com a de Governador Geral do Norte, que durou até a posse de Getúlio Vargas. Em novembro de 1930 foi nomeado Ministro da Viação, cargo que ocupou até 1934, quando foi escolhido Embaixador no Vaticano. Indo à Paraíba despedir-se dos amigos para viajar para a Europa, os correligionários não o deixaram se ausentar do País e o elegeram Senador. Renunciou à Embaixada e veio para o Senado. Pela Constituição de 1934, o Senado era um órgão de Coordenação do Poder Executivo, com funções legislativas reduzidas e limitadas. Renunciou ao Senado e foi para o Tribunal de Contas e em 1937 foi candidato à Presidência da República, não havendo eleições com o golpe de 10 de novembro. Em 1945 deu "um grito" e derrubou a ditadura. Em 1947 foi eleito Senador por seu Estado natal. Em 1950, eleito governador do Estado, interrompeu o mandato para assumir o Ministério da Viação, em 1952, no período crítico de outra seca que se converteu em calamidade pública. Retornou ao Governo da Paraíba, após a morte de Getúlio Vargas, de cujo governo era Ministro.

Era casado com D. Alice que o antecedeu na viagem à eternidade, sua companheira dileta cujas virtudes alimentadas por um sentimento inato de bondade, ainda hoje são lembradas pela sociedade paraibana, e de cujo matrimônio vieram à luz os filhos Reinaldo, José Américo Filho e Selda, os dois últimos já desaparecidos e o primeiro General-de-Exército e atualmente Ministro do Superior Tribunal Militar.

Ao lado do político e inspirando-o em suas fulgurações oratórias, coexistiam o escritor, o romancista, o eterno apaixonado da literatura, amante das letras, das artes e das musas. Possuía o poder verbal da palavra exata, o senso ético e estético da frase judiciosa e perfeita. Os seus discursos, que fizeram época, são peças de raro valor literário, sementes de puro espírito, que fecundavam o limo vulcânico das multidões. Elevou aos píncaros luminosos da grandiloquência a nossa retórica que parecia murchar, como flor dos pântanos, nas estufas das assembléias estéreis. A demagogia parecia mergulhar a inteligência num mar de sargaços. Os parlamentos e as praças públicas, esvaziados pela ditadura e esterilizados por um longo período de sombras, reduziram-se a campos devastados, onde um dilúvio de palavras ocas e juízos apressados afogava a atividade pública num oceano de frivolidades. A sua palavra candente, rascante, incisiva, mordaz, cáustica e enxuta, proferida por lábios entrecerrados, gritada por uma alma em permanente êxtase cívico, lembrava meteoros caídos de um céu gotejante de estrelas sobre um campo explodindo de flores silvestres, estrelas dos céus sem nuvens do Nordeste e flores silvestres das caatingas exauridas do sertão.

Seus livros são momentos de consciência de um povo. "A Bagaceira" é um romance da seca, e descreve os combates cruentos do homem com a terra árida e exsiccada. Desnuda o quadro assombroso de absoluta pobreza do solo calcinado, exaurido pela adustão dos sóis bravios e esbraseadores do Equador. Há nele "estios flamívoros e invernos torrenciais". "A Bagaceira" é o romance de denúncia contra a exploração do trabalhador agrário, que morre sobre a gleba sofridora, e ferro e fogo: a coivara e a enxada. Ali está a frase que é uma espada de fogo denunciando o drama da fome e da desoluição, da ruína e da morte:

"Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na terra de Canaã."

"A Bagaceira" é um livro alagado de sol, claridades, poentes, madrugadas, incêndios e auroras. O sol é motivo obsessivo de comparação e metáfora.

"A natureza quaresmal dos cactos sobreviventes, eretos como círios acesos em frutos cor de fogo."

Como no Apocalipse, fala sempre de espadas e fogo, trombetas de chamas, colunas de fumo, vulcões abissais, sol de horrores místicos. Fala demais

em sol. Chegou a usar o vocábulo "solão", na exclamação: "Êta solão danado!"

A natureza, o homem a miséria, a dor, o sofrimento, a fome, toda uma região calcinada e sofrida, explode nas páginas palpitantes de seus livros ardentes.

Em "A Paraíba e seus Problemas" desponta o cientista, o pesquisador, o estudioso do porte de Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Joaquim Nabuco. É um dos melhores e mais bem documentados livros já publicados sobre a terra nordestina. É um vasto e profundo ensaio, de quase 700 páginas sobre o homem, a fisiografia, a geografia humana e histórica do Nordeste. O homem nordestino ali aparece no que ele tem de mais dramático. É um painel impressionante de uma região e de uma raça. Obra de pensador, de observador, de estudioso, de sábio, e de analista. José Américo prova ser o homem do Nordeste que sangra pelas raízes e pelas copas desganhadas. "Coiteiros" é o tema dos cangaceiros, do sertanejo marginalizado, do vingador, dos sertões flagelados, dos bandidos e do crime. "Boqueirão" é o romance da seca, o choque de multidões, a luta entre a conservação e a reforma.

Antes que me esqueça é o livro do memorialista, evocando as paisagens da infância, os tipos populares das cidades interioranas, a vida simples e humilde das ruas empoeiradas, dos rios, das frutas, dos pássaros e dos sonhos.

José Américo foi um dos vanguardistas do modernismo, ao lado de Mário de Andrade, José Lins do Rêgo, Augusto Frederico Schmidt, Jorge de Lima e tantos outros revolucionários das letras nacionais.

Por seu estilo e sua vasta bibliografia chegou à Academia Brasileira de Letras, recepcionado em noite de gala, saudado pelo acadêmico Alceu de Amoroso Lima.

Suas frases se tornaram famosas. Períodos curtos, "frases-slogans, que ficaram para sempre", como dizia Ruy Santos. Sua palavra era um grito. E ele foi o grito da terra, o grito do Nordeste, o grito da Pátria, o grito do povo. Ele era um estilo. Deixou na Paraíba, tanto na literatura como na política, um estilo que é o homem, o homem regional e universal que ele foi. Os homens públicos da Paraíba, depois dele, seguem os seus rastros, imitam os seus gestos, copiam o seu exemplo. O povo paraibano acostumou-se a acompanhar o seu ídolo, e na sua ausência seguem a sua imagem, refletida nos seus discípulos. E eles falam a mesma linguagem e se cobrem com as mesmas vestes tribúncias para arrancar os aplausos das multidões que se refletem na marcha processional das gerações. Na voz, no grito, na agressiva proibidade, na bravura cívica e pessoal, o vulto de José Américo povoou os auditórios e praças da Paraíba, redivivo nos seus conterrâneos, pois ele sorveu gota a gota, comeu migalha a migalha, o vinho e o pão da eterna celebração e do perene sacrifício de seu povo. José Américo viveu até o fim o calvário de sua gente, a crucificação de sua terra e a ressurreição de seu ideal. Por isso ele é eterno, imortal e vence o tempo. E dizia Henry Miller que, "quando cada coisa é vivida até o fim, não há morte nem há remorso, nem primaveras falsas".

Em tudo o que fazia José Américo espalhava o bem e esperança. Ele agasalhava em sua alma aquelas virtudes cívicas, cristãs e humanas que caracterizam o nordestino, tais como a coragem, a honestidade, a bravura, a proibidade, o amor, a solidariedade e a fidelidade à terra, ao semelhante e ao seu Deus. Era o modelo perfeito e acabado de um autêntico democrata.

Tristão de Atayde disse que ele era um espírito anfibio como as baleias, mamífero das águas oceânicas e palmilhador das selvas da beleza literária.

Na defesa dos nordestinos, de sua raça viril e sofridora, ele se tornava uma fera.

Vejamos um auto-retrato, pintado por ele mesmo, no livro "A Palavra e o Tempo":

"Sou aquele que, um dia, era Ministro da Viação e foi designado, na ausência temporária do Titular da Pasta da Fazenda, para substituí-lo. Nesse momento, o Nordeste sofria e eu não encontrava meios para atenuar seus sofrimentos. Para não me sentir humilhado diante de vossa magnanimidade, farei todas as confissões. Mal entrei no Ministério, mandei vasculhar os cofres. Só havia dez mil contos disponíveis e raspe-os. Todo o dinheiro que houvesse eu tiraria, fosse como fosse, para matar a fome dos brasileiros. Para mim, tudo mais podia se acabar, na hora em que os brasileiros morriam de fome. Redigi o decreto-lei de abertura de crédito e corri ao Catete para que o chefe do Governo assinasse. No dia seguinte, voei ao Ceará, por falta de outro transporte, num avião da Marinha, que se perdeu no mar, deixando dois Ministérios acéfalos: o da Viação e o da Fazenda. Declarou-se a seca e eu conhecia essa história. Eu tinha uma alma irmã da vossa. Sem verba para socorrer o Nordeste, mais uma vez atormentado pelas desordens de sua natureza, sentia angústia dessa inação forçada, como um ferrete na alma e na carne.

Mas a Providência conduziu-me até onde poderia encontrar o milagre da salvação. Cheguei sem ser esperado e tive uma recepção que nunca mais me sairá da memória. A das multidões famintas que já tinham invadido nossa alegre e graciosa Capital, como sombras que empanavam, nesses seus dias de mais sol. Entranhei-me pelo sertão, mergulhando em fogo vivo. Já era a hora da debandada, do fluxo humano a derramar-se na odisséia das retiradas. A terra desventurada esvaziava-se, nesse transe, vaga após vaga. Vi a raça que se desgarrava, fugindo, sem culpa, de um castigo do céu, do mais terrível dos céus. O vaqueiro que deixava o seu cavalo morrendo e marchava a pé. As mães que se matavam e matavam os filhos de fome, dando-lhes o seio sem leite. Famílias de vinte e mais pessoas, porque, nessas horas de precisão, ressurgia um patriarcado macabro, como os rebanhos semi-mortos que se protegiam do sol à sombra dos juazeiros. Em longas peregrinações pelo deserto pedregoso, ia encontrando a natureza espectral e a morte rondando um mundo inteiro. Atalhei essa evasão. Prendi a maré desordenada em campos de emergência, até que fosse escoada para as obras em organização, além do retirante, um montão de cegos, aleijados e macróbios da mendicância que já não tinham a quem pedir. Nesses imensos arraiais, alguns de perto de cem mil almas, onde reinou a moralidade mais severa, contrastando com a história de outras secas, chegou a florescer felicidade e lirismo nos corações que não se estiolaram. Houve noivados. Dei enxovais de casamento."

Esta página admirável retrata a figura do nordestino, do homem de letras e do homem público, três pessoas numa só, numa magnífica trindade.

Foi um grande cunhador de frases inolvidáveis. Como últimas lembranças dessa evocação de hoje, deixo-vos algumas pérolas pescadas nos mares turvos da agitada e tempestuosa vida pública desse inderrotável cavaleiro da verdade.

"O mais tremendo dos gritos de guerra é o grito da fome."

"A mais triste das ruínas é a esperança morta: o aborto da felicidade."

"A tristeza do inverno é a alegria do sertão."

O Brasil não é um País perdido. Perdidos são os brasileiros que querem perdê-lo."

Esta frase é de uma atualidade que se torna eterna, de todos os tempos.

E mais:

"Pedir só humilha a quem não dá."

"Ver bem não é ver tudo; é ver o que os outros não vêem."

E dizer-se que ele era míope! Como via fundo e longe, no cerne e na alma das coisas!

"Não perca a cabeça, meu filho; coloque ela por cima do coração, como Deus colocou, como quem coloca um peso em cima de uma coisa que quer voar."

E esta frase, que é uma síntese de sua ação e de sua predestinação:

"O que não fiz com meu esforço, fez minha estrela." (EU E ELES, pág. 28.)

Senhor Presidente, Senhores Senadores:

Guardo vivas na memória, cenas e impressões da última visita que lhe fiz, há três meses passados, no seu retiro de Tambaú. Aos 93 anos conservava o espírito atento a tudo o que ocorria no seu Estado, no País e no mundo. A postura do corpo recusava-se a ceder ao peso dos anos. A voz firme e enérgica ressoava distante, como se viesse das profundidades da alma e daquelas fronteiras que demarcam os limiares da eternidade. Suas palavras brotavam impregnadas de sabedoria. Lembrava um vidente, um demiurgo e um profeta.

À certa altura, disse:

A grande crise atual é, sobretudo, de liderança. O País é um deserto de líderes. Não há democracia sem líderes, e eles morreram ou estão refugiados no anonimato das multidões, à espera da ressurreição ou do nascimento que já tardam. A paisagem está orfã de líderes, aqui, e no resto do mundo. O problema energético pode mudar radicalmente as condições de vida do homem sobre a terra e alterar os fundamentos e os rumos da civilização contemporânea.

Nele permanecia, intocável e pleno, o sentido da observação, o senso do julgamento ético. Crivou-me de perguntas sobre os problemas e os episódios da política nacional, como se quisesse conferir os dados e informações que possuía, e ao mesmo tempo emitir os conceitos e as previsões que se cristalizavam em sua consciência.

Sai de lá reflexionando sobre a transitoriedade do destino humano, e an-tendendo o vazio imenso que a qualquer momento poderia se abrir, como de fato se abriu, no pensamento nacional, com a sua ausência definitiva.

Voltei à Paraíba, pouco depois, para assistir às suas exéquias, e ver o povo chorando e a terra coberta de luto, na derradeira despedida ao seu filho inseparável, aquele que nunca se apartara de seu berço, e que foi, realmente, a mais legítima expressão da inteligência e das virtudes da gente nordestina.

Posso dizer, hoje, nesta Casa, nesta tribuna que foi sua e que honrou com discursos memoráveis, que ele foi o maior de todos, o mais bravo e o mais puro. Posso dizer, — eu que convivi com ele durante meio século de lutas políticas e campanhas sociais, ele sempre à frente, decidindo, comandando e pelejando, — e reafirmo perante a história, que ninguém o sobrepujou no conhecimento dos problemas vitais da região e nas soluções reclamadas para tornar a gente nordestina menos sofredora e apta a participar de uma maior parcela e um mais justo quinhão na partilha dos bens e da felicidade social do povo brasileiro.

A vida física e material de José Américo se apagou, como a de todo ser humano. Resta-nos, afinal, a misteriosa interrogação: E o que virá agora?

Responderemos com Carlos Drummond de Andrade:

“Ó vida futura, nós te criaremos!”

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente do Senado Federal; Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Antônio Neder; Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Geraldo Starling; Sr. Presidente do Superior Tribunal Militar, Ministro Reynaldo Mello de Almeida. Demais autoridades civis e militares, Srs. Senadores:

O Senado reverencia, na tarde de hoje, a memória de José Américo de Almeida, nome que é um símbolo de luta e uma legenda de glória.

Inteligência, cultura polimorfa, honradez, bravura, dinamismo, espírito público, são algumas das facetas do caráter desse notável homem público que, morrendo aos 93 anos, deixa ainda um lugar impreenchível na sociedade brasileira.

Nascido em Areia, na Paraíba, a 10 de janeiro de 1887, filho de Inácio Augusto de Almeida e D. Josefa Leopoldina Leal de Almeida, fez as primeiras letras no Engenho Olho D'Água, propriedade da família.

Aos 9 anos, com o falecimento do genitor, foi residir com o tio paterno, o padre Odilon Benvindo, de quem sofreu tão forte influência que, aos 15 anos, ingressava no Seminário de João Pessoa, onde iniciou o curso de humanidades, que concluiu no Liceu Paraibano, e lançou as bases de uma formação moral inquebrantável.

Em 1903, bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Recife. Já no ano seguinte era nomeado Promotor Público, seguindo para a comarca de Sousa, na Paraíba, a cavalo, durante sete dias, numa viagem que, segundo ele, depois, como Ministro da Viação, encurtaria para sete horas, com a inauguração de moderna rodovia.

Em 1911, aos 24 anos, era nomeado Procurador-Geral do Estado, numa homenagem ao seu extraordinário valor.

Não sei o que mais admirar na sua fulgurante personalidade, se o seu imenso talento de escritor, que deixou páginas indelévels na literatura brasileira, ou se a lucidez e a coragem fora do comum do político que nunca silenciou nas horas difíceis da Pátria.

A sua projeção inicial é no mundo das letras. Acostumado à leitura dos clássicos, o seu estilo se foi impregnando dessa influência salutar. Era um precioso na forma de escrever. E lembre-se que ditava todos os seus trabalhos, pensando em voz alta.

Desde muito cedo deixou transparecer o seu gosto pela literatura.

Em 1907, lançou em Areia, sua cidade natal o jornal *Correio da Serra*. Depois de publicar poesias na *“A União”*, jornal oficial do Estado, e *“Reflexões de uma Cabra”*, preparou-se para criações mais ousadas no plano intelectual.

Em 1928, veio a lume *“A Bagaceira”*, que Tristão de Athayde saudou como a grande revelação da ficção brasileira, dividindo o romance nacional deste século em duas fases distintas: antes e depois desse livro marcante.

Olívio Montenegro, com a sua pena de crítico, sentenciou:

“Não só na *“A Bagaceira”*, mas em todos os seus melhores trabalhos, sente-se que a vida do sertão do nordeste é uma dessas realidades que o homem não pode possuir apenas pela idéia; tem que possuí-la pela imaginação. Uma dessas realidades que não impressionam somente como um fenômeno natural; que comoveu como

um drama imaginário. A luta dos seus contrastes é como se fosse o jogo de uma arte genialmente criadora. Em *“A Bagaceira”* o autor dá-nos em plano diferente, é claro, o drama dessa vida cuja história já vem em *“A Paraíba e os seus Problemas”*. O sociólogo precedeu o romancista. Há fatos excitantes demais para não extravasarem do domínio das idéias lógicas para o da ficção; para não moverem mais a imaginação do que o raciocínio. Os fatos da vida sertaneja são desse calibre. Terra, homens, plantas, animais, tudo parece com cor diferente, e formas agrestes, que metem, ao mesmo tempo, admiração e medo”.

Por sua vez, Gilberto Freire, numa conferência sobre a obra literária do nosso homenageado, analisou:

“O próprio livro que mais fortemente assinala a sua presença na literatura brasileira como um poderoso renovador até da linguagem literária, não é só de literatura machadianamente artística: é também a explosão de quem o escreveu sensível a circunstâncias sociais; e exprimindo um desejo, no caso nada demagógico, de influir sobre o social; de denunciar desajustes socialmente dramáticos; e de assim fazer, por sentir-se parte de um *nós* regionalmente brasileiro.”

Mas é o próprio José Américo quem melhor traduziu a inspiração de *“A Bagaceira”*:

“Sentei-me na terra, conversei com instintos e preconceitos e dei uma nota social ao quadro.”

E, doutra feita, falando a jornalistas, enfatizou:

“A Bagaceira é de certa forma um grito pela reforma agrária. Como romance social tomou também esse caráter.”

Homem do brejo, região de serras, onde existe água o ano inteiro e para onde se retiravam os sertanejos nos anos de seca, foi José Américo realmente quem melhor retratou o drama do sertão calcinado pelo sol ardente. E explicando diz ele “assisti a tudo aquilo que deve ter sido a seca de 1898. Carreguei naturalmente a mão, pintando esses aspectos, mas o quadro era o mesmo. Aquela marcha, como vem caindo, aquela impressão dos homens levando as pernas e não as pernas levando os homens”.

Mas não ficou aí a sua produção no campo da literatura.

Embora sem alcançar o sucesso de *“A Bagaceira”*, escreveu ainda, em 1935 *“Coiteiros”* e *“O Boqueirão”*. Depois, *“A Paraíba e os seus Problemas”*, *“Sem Chorar e sem me Rir”*. *“Ciclo Revolucionário no Ministério da Viação”*. *“Discursos Acadêmicos”*, Paraíba, 1968. E, por último, *“Antes que me Esqueça”*, as suas memórias políticas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, se José Américo foi esse escritor que todos admiramos, a ponto de atingir a alta investidura de membro da Academia Brasileira de Letras, o que dizer do homem público, do político que tantos e tão assinalados serviços prestou a Paraíba, ao Nordeste e ao Brasil?

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — Com muita honra, nobre Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Gilvan Rocha (PP — SE) — José Américo de Almeida foi um dos poucos homens completos do País. Escritor, não fez do seu talento o caminho para a arte pura, mas uma saga social e uma construção antropológica ainda hoje não superada. Como político, representou como ninguém o espírito libertário da região mais brasileira do País, o Nordeste. Como Senador, José Américo de Almeida forma com Ruy Barbosa e Milton Campos os três maiores nomes desta Casa. O Senado Federal cumpre hoje uma das suas mais gratas missões, ao ajudar a preservar na memória nacional o nome de um dos mais ilustres senadores de todos os tempos. Queira V. Ex^a receber a adesão do Partido Popular e, por seu intermédio, a homenagem do Estado de Sergipe.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — Muito grato à valiosa contribuição de V. Ex^a ao meu discurso.

Continuo, Sr. Presidente:

Nomeado Secretário do Interior e Justiça, no Governo do Presidente João Pessoa, teve José Américo uma presença marcante nos principais acontecimentos de 1930. Expondo-se a toda sorte de perigos, quantas vezes não esteve com a vida por um fio. Basta recordar que comandou pessoalmente as ações policiais que visavam conter a rebelião de Princesa, principal foco de resistência à causa da Aliança Liberal.

Com o assassinato de João Pessoa e a vitória da Revolução de 1930, o seu nome ganhava projeção nacional.

Designado por Getúlio Vargas para Chefe de Governo Revolucionário do Norte e Nordeste, teve atuação decisiva na consolidação dos ideais da Re-

volução, agindo sempre de comum acordo com Juarez Távora, seu companheiro de luta.

Em 1932, é convocado por Vargas para ocupar o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas. Se antes já se revelara o escritor emérito, agora seria a vez do administrador dinâmico e honesto que, numa época de tanta improvisação, conseguiu o milagre de uma gestão trepidante e fecunda.

Quem não se lembra da sua luta com a Light, a poderosa multinacional de então, procurando melhorar os seus serviços e baratear as tarifas, com os olhos voltados para o sofrimento da classe média e dos trabalhadores, já que a sua preocupação fundamental era com as dificuldades da grande massa assalariada?

Ele mesmo afirmou:

“Eu queria que a Revolução fosse justa e humana. Abri luta contra a Light, até abolir a taxa ouro na cobrança de suas tarifas, que tiveram os preços reduzidos. Baixei os fretes marítimos e passagens de estradas de ferro. Tiveram diminuição os selos postais e as taxas telegráficas. Isso tudo sem prejuízo do programa de compressão de déficits porque o movimento reagia retribuindo a renda”.

Sua passagem pelo Ministério da Viação fez história. A eletrificação da Central do Brasil: o projeto, a concorrência, a proposta aprovada, o contrato lavrado, a obra iniciada. A conclusão da obra de Epitácio no Nordeste, encontrada “somente com as cavas das fundações abertas e já obstruídas pelas enchentes, em 10 anos de abandono.”

E, num auto-retrato no livro “Eu e Eles”, José Américo se vê como Ministro da Viação.

“Não fazia favores pessoais, servia à comunidade. Alguém já disse: “É capaz de negar um copo d’água, mas faz um açude. “Procurava ser o homem do bem comum”.

E mais:

“Na assistência às vítimas das secas introduzira novos métodos de proteção.

Ia morrendo num desastre aéreo e continuei a dirigir de um hospital de Salvador, sem admitir substituto, os trabalhos de salvação”.

Tinha assim a paixão pelo bem público. Esmerava-se para atingir a perfeição. A sua maior felicidade, para não dizer vaidade, eram as suas realizações como administrador. Desdobrava-se. Procurava estar presente no teatro dos acontecimentos. Por isso, era um tanto centralizador, embora confiasse na equipe de técnicos que o cercava.

Deixando o Ministério, espontaneamente, foi nomeado Embaixador junto ao Vaticano, missão de que declinou, para ser senador pela Paraíba, mandato que renunciou três meses depois, por questões ligadas à política local.

Segundo ele, tornou-se “campeão de renúncias; da Embaixada, da Senatória e da Chefia do Partido dominante no meu Estado”.

Era um homem diferente. A sua vida sempre esteve cheia desses lances surpreendentes.

Foi para o Tribunal de Contas, onde ganhou nova e extraordinária experiência no trato com os assuntos pertinentes ao controle financeiro que “envolve a parte administrativa”.

Em 1937, atingiu o ponto mais alto de sua carreira política, com o lançamento do seu nome para a Presidência da República.

Depois de alguma hesitação, estimulado por amigos e admiradores, entregou-se, de corpo e alma, à campanha. Mas, aqui e ali, tinha que suspender a sua programação de candidato, para esclarecer os fatos que, aos poucos, iam se encaminhando para a interrupção do processo democrático. Falava-se que não haveria eleição. Altos dignatários da República, entre militares e civis, foram flagrados por ele em plena conjura. O seu caráter de homem de bem não podia admitir aquele procedimento. Quando ouviu do próprio Ministro da Guerra a confirmação do que se tramava, fez duas coisas. Primeiro propôs generosamente — porque já estava eleito — a sua desistência e a do seu competidor, Armando Sales, contanto que se preservasse a democracia. Mas os espíritos empedernidos já não lhe davam ouvidos. Depois, na Bahia, fez a denúncia da conspiração, pensando contê-la. Foi pior. A sua franqueza abreviaria os acontecimentos.

Como candidato à Presidência da República, revelou-se como grande orador. O seu nome tinha cheiro de povo. Tinha sido o Ministro que andava de ônibus e de bonde.

As suas frases iam de boca em boca:

“Conheço o Brasil de baixo para cima. Não tenho medo de subir, nem medo de descer. De cima saberei o que se passa em baixo; de baixo aprenderei a viver de cima”.

Quando lhe pediam um programa de Governo ele respondia:

“Se eu dissesse que praticaria isso ou aquilo, dessa ou daquela forma, não passaria de um leviano, porque o Governo é a ação conjunta. As idéias gerais e a especialização; o plano e a execução; a arquitetura e a mão-de-obra”.

E esclarecia:

“Não há brasileiro que não sinta o que é que o Brasil precisa. Não compreende, mas sente”.

Os problemas gerais entram pelos olhos. Por exemplo: valorizar o homem e a terra, dando ao homem vigor, preparo e recursos para tornar a terra mais atraente e produtiva; tirar do Brasil tudo o que ele pode dar para a sua independência econômica — ferro, petróleo, carvão de pedra, energia elétrica, trigo — mesmo fazendo sacrifício para mostrar que não dá, porque é menos penosa uma desilusão dessa, do que a pecha vergonhosa de não saber utilizar suas próprias riquezas; abrir estradas, que é um lugar comum sempre novo, como abrir escolas; fragmentar a propriedade, proteger o trabalho, especializar a mão-de-obra, incentivar a policultura para elevar o nível do homem brasileiro; criar a técnica da propaganda, dentro e fora do País, para que se consuma e venda mais; montar as indústrias da guerra, principalmente, a construção naval e aérea, para nos defendermos como é natural, de dentro para fora; armar o Brasil para que as classes armadas possam ter, materialmente, esse nome etc., etc.”.

E mais adiante:

“Na verdade se a Constituição não for letra morta, o Governo também não será. E o Brasil se salvará do pessimismo inativo que o julga um país perdido.

Eu nunca cometi essa heresia. Perdidos são os brasileiros que procuram perdê-lo”.

E afirmava:

“Ruy Barbosa dizia que seu programa era a sua vida e eu poderia dizer, sem me gabar, que meu programa é a minha obra”.

Depois, ao se defender da acusação de que era inimigo do funcionalismo, salientava:

“Só não transigi com os relapsos, os “encostados”, os gongristas, os que abusavam do sacrifício dos companheiros. Fui implacável com os corruptos. E não lhes darei quartel, quando chegar ao poder”.

Falando do problema da casa dos pobres, pronunciou a frase que se tornou célebre, pelo seu tom enfático:

“Eu sei onde está o dinheiro. Em vez de um arranha-céu serão duzentas casas”.

E identificando-se cada vez mais como candidato popular, dizia:

“Não me seduz a designação vulgar de “candidato pobre”.

Pobreza não recomenda; recomenda é ter tido facilidades de ser rico e ser mais pobre.

O que eu sou, com a mais comovida satisfação, é candidato dos pobres”.

E depois:

“A melhor forma de abafar os gritos de revolta é encher a boca dos famintos.

Ninguém grita de boca cheia”.

Mas todos esses sonhos foram por terra, diante do golpe incruento que implantou o Estado Novo.

José Américo, sem condições de resistir pelas armas, “sem dispor de uma tribuna e estando a imprensa arrolhada”, redigiu um telegrama a Getúlio Vargas, lavrando o seu mais enérgico protesto. Tão veemente foi a mensagem que a repartição se negou a transmiti-la. Mas João Neves da Fontoura, seu amigo a seu pedido, entregou o original ao Chefe do Governo.

Recolheu-se, então ao Tribunal de Contas da União, onde os seus vencimentos mal davam para as despesas de manutenção da família, depois que adquiriu, pela Caixa Econômica, a casa da Rua Getúlio das Neves, no Jardim Botânico. Ciente desse fato, Vargas apressou-se em socorrer o seu antigo companheiro de Revolução, oferecendo-lhe o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, nomeação que naturalmente recusou, para preservar a sua dignidade pessoal e política.

Passaram-se oito longos anos, durante os quais José Américo parecia um exilado em sua própria terra. A sua casa sempre esteve sob a espreita mais vigilante. Anotava-se quem entrava e quem saía.

Eram simples trocas de idéias com os amigos, acompanhando a rotina do dia-a-dia.

“Sem condições para resistir, não fiz burradas. Não desperdicei em vão as energias de combatente. Fiquei na mira, à espera da oportunidade”, dizia José Américo.

E ela chegou em 1945. Com a vitória das forças democráticas na Segunda Grande Guerra, já não havia ditadura que subsistisse.

Aqui, entre nós, já se tomavam providências para contornar as dificuldades políticas. Havia quem pretendesse mudar o rótulo, mantendo-se a índole autoritária do regime. Figurões conhecidos no mundo político já aderiam a essa idéia sinistra.

Foi a hora do conhecido “grito” de José Américo, com a entrevista que concedeu a Carlos Lacerda, publicada no *Correio da Manhã*. Era o fim da censura.

Daf em diante, veio a campanha pela redemocratização do país, com a fundação de partidos de âmbito nacional e o lançamento de candidatos à Presidência da República. O Brigadeiro Eduardo Gomes e o General Eurico Dutra, os principais concorrentes.

José Américo, pela experiência do seu passado recente, ficou atento, conversando com os principais líderes civis que apoiavam a luta pela restauração democrática e, bem assim, sempre que podia, com oficiais das três Armas, na antevisão da queda de Vargas que seria, a seu ver, a única garantia da eleição. Dialogou com o próprio Dutra que terminou cedendo à idéia de entregar o poder ao Judiciário.

Eleito Senador pela Paraíba, com o apoio geral dos partidos e do povo, fez esta Casa viver uma de suas grandes fases. Os seus discursos ganhavam tal repercussão que não havia lugar nas galerias do Monroe para os que iam ouvi-lo.

Por ocasião dos debates sobre a cassação dos mandatos dos comunistas, José Américo agigantou-se, na intransigente defesa da Constituição, verberando:

“Não! Não serei eu que ajude a expulsar companheiros de um recinto que não é mais meu do que deles, de uma casa que só o povo pode abrir ou fechar com uma chave que é a mesma que abre e fecha as urnas eleitorais.

Não serei eu que me julgue com o direito de enxotar do nosso seio representantes do povo, como vendilhões do templo, porque, afinal, de contas, o vendilhão seria eu vendendo minha consciência que me dita outra conduta.

São direitos que fluem da mesma origem que os meus. A arma com que as fulminasse se voltaria contra mim, como a do suicida que tem horror de sobreviver a um crime”.

Foi candidato à Vice-Presidência da República, em eleição indireta, perdendo por pequena margem de votos, para Nereu Ramos.

Escolheram-no Presidente da UDN. A sua primeira preocupação foi circunscrever o acordo interpartidário que Otávio Mangabeira fizera com o Governo Dutra, no âmbito administrativo.

E ele próprio esclarece: “não tendo sido o acordo cumprido, abri as baterias contra a situação. Fui no Senado “o acusador público”, na exata expressão de Josué Montello.”

Com a sua palavra de fogo, criticava, veementemente, as maquinacões dos poderosos do dia que insistiam nos métodos mais antiquados de ação política, à sombra do Presidente Dutra que não fazia, mas deixava fazer.

A essa altura, a política paraibana estava tumultuada, face à aliança da maioria dos seus correligionários da UDN, com o seu principal adversário na área federal, o que provocou o seu afastamento do partido que ajudara a fundar. Estabeleceu-se um clima de pânico no Estado. As perseguições se repetiam, na mais desenfreada política de clientela. Só o nome de José Américo poderia garantir a vitória da oposição na Paraíba. Convocado, não vacilou. Seguiu, cheio daquele ânimo de luta que sempre foi o forte do seu caráter. O povo o recebeu de braços abertos. Nunca vi consagração igual. Onde ele chegava, recebia os aplausos mais frenéticos.

Os seus discursos famosos eletrizavam as multidões nos comícios eleitorais.

Falava cheio de emoção que o reencontro causava:

“Entro na minha terra, como entro em casa, no meu natural. O meu maior tesouro é esta simplicidade que os artificios da vida social e da política não conseguiram roubar-me.

Rejubila-se a alma repatriada. A memória pode falhar, mas no coração não há nada esquecido. Volto. Voltar é uma forma de renascer. Ninguém se perde na volta.”

Era uma campanha de salvação. Pós tudo de si nessa peleja memorável. Percorreu, de automóvel, todo o Estado, vila por vila, cidade por cidade, numa época em que não havia estradas pavimentadas. Queria reencontrar-se com tudo e com todos. Sentia a necessidade de rever os problemas que tanto conhecia para equacionar as soluções.

Venceu galhardamente. A Paraíba não conhecera antes um triunfo maior.

Assumiu gloriosamente o Governo do Estado, na praça pública cheia de povo. Foi um gesto inusitado que antecipava a postura do Governador que reabriria as portas do Palácio para as audiências públicas que terminaram por lhe inspirar a ampliação do Serviço Social do Estado.

Em poucas palavras, ele resumiu as principais características do seu Governo:

“Assinalou-se o meu Governo por algumas singularidades: não recebia ajuda de custo; proibi o jogo do bicho a todo transe; acabei com a mendicância nas ruas, dando pensão aos pobres; retirei a Justiça, a Polícia, o Magistério e o Fisco da área de influência municipal; equilibrei o orçamento; concedi dois aumentos ao funcionalismo sem majoração fiscal; nunca aumentei impostos. Eram exageros que os novos tempos, por sua complexidade, não comportavam.

O custo de vida foi o meu maior cuidado. A carne não passou de 22 centavos e o peixe de 17 centavos. Feiras ambulantes percorriam os bairros vendendo pelo custo; as frutas, os legumes e as verduras eram quase de graça”.

José Américo costumava dizer que “administrar é fixar critérios” e “governar é contrariar interesses”. Pois bem, durante a sua gestão foi inflexível no cumprimento dessas normas que se traçara.

Se alguém, por exemplo, vinha a Palácio pedir a transferência de uma professora, por motivo político, saía correndo, porque a sua ira não tinha limites. “Não vim fazer politicagem. Vim salvar a Paraíba”. Aos poucos, os que não o conheciam de perto iam se acostumando à rigidez moral de sua autoridade.

Agora, quem quisesse vê-lo satisfeito, feliz, falasse dos problemas coletivos. Dava-se uma transfiguração. Tornava-se descontraído e passava a conversar fluentemente, tentando encontrar soluções a curto, médio e longo prazo. Era o seu fraco: voltar-se para as dificuldades do povo e procurar resolvê-las.

Diante da nova seca que assolou o Nordeste, em 1951 e 1952, interrompeu o seu mandato de Governador, para ser, mais uma vez, o Ministro da Viação e Obras Públicas. Depois de coordenar os trabalhos de assistência aos flagelados na região, com todo o prestígio do poder central, Vargas achou que a condição de Ministro de Estado facilitaria a sua tarefa e levaria para junto de si um nome nacional, numa hora em que o seu Governo já apresentava visíveis sinais de desgaste.

E ainda houve quem não compreendesse o seu gesto. Muitos — inclusive amigos chegados — não admitiam que ele se dispusesse a ajudar o seu algoz de 1937. Mas José Américo, que sensibilizara com o apoio espontâneo que Vargas lhe dera na Paraíba, como candidato a Governador, embora sem a contrapartida de seu voto — que foi do Brigadeiro — explicava: “as populações famintas acenavam para mim. Convidado a aceitar o setor de salvação, fui dar, em vez de pedir, num impulso sentimental.”

Dessa vez, pouco pôde realizar no Ministério da Viação, face à crise que tumultuou a situação político-administrativa do país.

Com o suicídio de Vargas, voltou a Paraíba, para concluir o seu Governo recusando os acenos de Café Filho.

Após pacificar a política do Estado, num acordo que o reaproximou dos seus mais ferrenhos adversários, José Américo recolheu-se à praia de Tambaú, de onde saiu apenas, em 1958, para a sua última campanha eleitoral, cujo resultado desfavorável levou-o a abandonar definitivamente a política.

Sem ódios e sem rancores, dedicou os últimos anos de sua vida aos livros, à família e aos amigos mais íntimos. E, aos poucos, com o tempo, foi desfazendo malquerências, de tal sorte que morreu sem deixar inimigos.

Durante o seu retiro voluntário em Tambaú, quase todos os dias recebia visitas ilustres que iam homenageá-lo. Quantos Governadores, Ministros, Senadores, Deputados, Chefes de Serviço, Jornalistas, Escritores não desfilaram perante ele, ouvindo as suas opiniões sempre atualizadas e até recebendo os seus conselhos sobre a melhor forma de conduzir a vida pública.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi esse, em ligeiras pinceladas, o José Américo que eu conheci, admirei, estimei e apoiei.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, com José Américo desaparece não só o escritor consagrado pela crítica, mas um dos grandes paladinos da democracia, na verdadeira acepção da palavra, pois ele não queria liberdade sem ordem, nem progresso sem justiça social. Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O Plenário desta Casa rende o seu tributo de reconhecimento e grande homenagem a uma das maiores figuras da República.

Os oradores que, nesta Sessão, traduziram os sentimentos do Senado e ressaltaram a obra e os momentos gloriosos da vida desse paraibano extraordinário, nascido menino de engenho e formado advogado pela legendaria Faculdade de Direito de Recife, por mais que tenham revelado o elenco de suas realizações e louvado suas raras virtudes de cidadão e homem público, muito do que foi José Américo de Almeida deixou de ser aqui ressaltado devido à exigüidade de tempo para relatar o que a história e a memória do povo já registraram das várias dimensões do saudoso nordestino. Do grande estadista, brilhante intelectual e homem do povo com quem muito se identificou, caminheiro solitário das praias de Tambaú, quando em suas profundas meditações buscava a inspiração e a verdade para os seus livros.

Esse nordestino destemido, esse escritor querido e ilustre, em sua vida quase centenária, pelo brilhantismo de sua inteligência invulgar, pela honestidade de seus ideais, pela coragem e desassombro de sua conduta cívica, foi quase tudo neste País: Chefe revolucionário em 1930, Secretário e Ministro de Estado, Governador de sua Paraíba, Senador e quase Presidente da República, escritor renomado e, por isso mesmo, imortal da Academia Brasileira de Letras, só para citar as mais altas posições por onde passou com raro descortínio e probidade.

Essas posições, porém, ao invés de amaciarem a sua têmpera de cactus nordestino, antes eram molduras que punham em relevo a sua fibra de paraibano que nunca se vergou às conveniências do momento. A autenticidade de seus gestos projetava, em seu povo, o perfil de seu caráter, quer na planície das lutas políticas, quer no altiplano do Governo do Estado ou dos Ministérios.

Não se pode precisar, realmente, onde esse homem mais se destacou, se na política, na administração, nas letras ou na vida privada como um simples cidadão. Em todos os setores, onde dedicou o seu talento, deixou a marca de suas contribuições ao engrandecimento de nosso País.

Na política, — lições e exemplos de coragem, equilíbrio, sabedoria e senso de oportunidade. Um expoente do liberalismo brasileiro, sem medo e sem manchas.

Em sua histórica e famosa entrevista, no *Correio da Manhã*, ele foi a voz do povo a dizer basta ao regime de exceção em que vivíamos, precipitando a queda do Estado Novo.

Na administração, foi o dirigente honesto e dinâmico a fazer tremer a corrupção e a incompetência.

Nas letras, foi o renovador do romance moderno brasileiro, com o livro *Bagaceira*, por muitos considerado um dos melhores trabalhos de ficção nordestina, uma história da terra e do homem, marco definitivo da literatura brasileira.

Zé Américo, como era carinhosamente chamado pelos paraibanos e pelos nordestinos foi, acima de tudo, um dos maiores humanistas da nossa era republicana.

A Nação brasileira, entre pesarosa e desamparada, fica mais empobrecida pela perda, em suas reservas de homens ilustres, de uma figura tão notável como a do Ministro José Américo de Almeida.

A Mesa do Senado Federal, por meu intermédio, ao se associar às homenagens de seus pares ao grande brasileiro, transmitindo à sua ilustre família o seu profundo pesar, cumpre o dever cívico de registrar, nos Anais da Casa, para a posteridade, a emoção com que lamentamos o seu desaparecimento e o espírito gratificado com que louvamos seus méritos de patriarca da democracia, ator e autor da história viva da República, Relíquia nacional que servirá de magnífico exemplo às gerações que hão de vir. (Muito bem! Palmas.)

Em nome da Mesa, agradeço ao Exmº Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Antonio Neder; ao Exmº Sr. Ministro Geraldo Starling Soares, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; ao Exmº Sr. Ministro Reginaldo Almeida, do Superior Tribunal Militar e demais Ministros do mesmo Tribunal; aos Srs. Ministros do Tribunal Federal de Recursos, aos Srs. Oficiais Gerais e às demais autoridades civis e militares, aqui presentes que nos honraram com o seu comparecimento.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Antes de encerrar a sessão, a Presidência designa para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1978 (nº 3.612/77, na Casa de Origem), que acrescenta dispositivo ao art. 1.218, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), tendo

PARECER, sob nº 1.212, de 1979, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, favorável.

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1979 (nº 1.707, de 1979, na Casa de Origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera a denominação da categoria funcional de Agente de Patrulha Rodoviária, integrante do Grupo-outras atividades de nível médio, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 98 e 99, de 1980, das Comissões:

— de **Serviço Público**; e

— de **Finanças**.

— 3 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1980-DF, que estende aos funcionários aposentados da Administração Direta do Distrito Federal as vantagens financeiras decorrentes da aplicação do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 169, 170 e 171, de 1980, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de **Distrito Federal**, favorável; e

— de **Finanças**, favorável.

— 4 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 178, de 1976-Complementar, do Senador Itálio Coelho, que acrescenta parágrafo único ao art. 34 da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, estabelecendo prescrição quinquenal para importâncias devidas ao FUNRURAL, tendo

PARECERES, sob nºs 890 a 893, de 1978 e 1.171 a 1.175, de 1979, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça** — 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável;

2º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade da emenda de plenário e, no mérito, favorável;

3º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do substitutivo da Comissão de Finanças, e no mérito, favorável;

— de **Agricultura** — 1º pronunciamento: favorável;

2º pronunciamento: favorável à emenda de plenário;

— de **Legislação Social** — 1º pronunciamento: favorável;

2º pronunciamento: favorável à emenda de plenário;

— de **Finanças** — 1º pronunciamento: contrário ao projeto; e 2º pronunciamento: favorável à emenda de plenário nos termos de substitutivo que apresenta.

— 5 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 11, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 140, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Rincão (SP), a elevar em Cr\$ 3.907.778,75 (três milhões, novecentos e sete mil, setecentos e setenta e oito cruzeiros e setenta e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 141, de 1980, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 6 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 17, de 1980 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 184, de 1980), que autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 20.000.000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) para investimentos em projetos rodoviários e de energia elétrica, tendo

PARECER, sob nº 185, de 1980, da Comissão

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 7 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 100, de 1980, do Senador Paulo Brossard e outros, solicitando urgência, nos termos do art. 371, alínea C, do Requerimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1980, do Senador Humberto Lucena, que atribui às Comissões Provisórias Municipais dos partidos políticos em organização a escolha dos candidatos às eleições de 15 de novembro de 1980.

— 8 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 78, de 1980, do Senador José Lins, solicitando, nos termos do art. 418, I, do Regimento Interno, a convocação do Senhor Ministro Hélio Beltrão, a fim de prestar, perante o Senado, informações a respeito do "Programa Nacional de Desburocratização".

— 9 —

Votação, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 275, de 1979-Complementar, do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, tendo

PARECER, sob nº 1.129, de 1979, da Comissão
— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senadores Tancredo Neves e Cunha Lima.

— 10 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 1977, do Senador Lázaro Barboza, que dá nova redação ao art. 246, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), tendo

PARECER, sob nº 1.232, de 1979, da Comissão
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável.

— 11 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 239, de 1979, do Senador Tancredo Neves, que cancela penas impostas ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, determina a devolução das Condecorações Nacionais que lhe foram retiradas, bem como a sua reinclusão nos quadros das respectivas ordens dos quais tenha sido excluído, tendo

PARECER, sob nº 484, de 1979, da Comissão:
— de Constituição e Justiça, favorável, com emenda de nº 1-CCJ, que apresenta.

— 12 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 1979, do Senador Nelson Carneiro, que introduz alterações no texto da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1975, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 1.222, de 1979, da Comissão:
— de Constituição e Justiça.

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1979, do Senador Franco Montoro, que promove reajustamento de benefícios previdenciários, restaura proporcionalidade entre tetos para contribuição, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 29, de 1980, da Comissão:
— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

— 14 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1979, do Senador Nelson Carneiro, que introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, tendo

PARECER, sob nº 1.220, de 1979, da Comissão:
— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está encerrada a sessão.
(Levanta-se a sessão às 16 horas e 30 minutos.)

ATA DA 38ª SESSÃO, REALIZADA EM 17-4-80
(Publicada no DCN - Seção II — de 18-4-80)

RETIFICAÇÃO

No enunciado do item 6 da Ordem do Dia, referente ao Projeto de Resolução nº 13, de 1980, que autoriza a Prefeitura Municipal de Natal (RN) a elevar em Cr\$ 642.665.715,20, o montante de sua dívida consolidada interna:

Na página 1000, 2ª coluna,

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) Item 6

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 12, de 1980 ...

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) Item 6

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 13, de 1980 ...

ATO Nº 7, DE 1980
DA COMISSÃO DIRETORA

Disciplina a execução dos artigos 15, parágrafo único; 34 e 38, inciso II da Resolução nº 25, de 1979.

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais, Resolve:

Art. 1º Realizada a Progressão Funcional, as vagas a esse fim destinadas que, por qualquer motivo, não forem providas, ficarão acumuladas para a Progressão Funcional seguinte.

Art. 2º As vagas que sobrarem da execução da Progressão Funcional, seja qual for a classe a que pertença, serão redistribuídas automaticamente para a classe inicial da respectiva Categoria Funcional, até completar a correspondente lotação ideal da classe, nos termos do art. 34 da Resolução nº 25, de 1979.

Art. 3º As demais vagas, não destinadas à Progressão Funcional, serão redistribuídas para a classe inicial da respectiva Categoria Funcional, a fim de atender ao disposto nos artigos 2º e seus §§ 1º e 2º, e 9º da Resolução nº 25, de 1979.

Parágrafo único. A Subsecretaria do Pessoal, completada cada Progressão Funcional, republicará o Quadro Permanente ou Tabela Permanente, inclusive, com as providências de que tratam os artigos anteriores.

Art. 4º Fica a mesma Subsecretaria encarregada de adotar as providências necessárias à execução do treinamento específico previsto pelo parágrafo único do Artigo 15 da Resolução nº 25, de 1979, bem como propor ao Senhor Primeiro-Secretário a relação dos professores que ministrarão as aulas do treinamento específico.

Parágrafo único. Os professores mencionados neste artigo poderão ser pessoas estranhas aos quadros de funcionários do Senado Federal.

Art. 5º A Banca Examinadora, responsável pela aplicação da prova final de habilitação de candidatos, será designada pela Comissão Diretora, por meio de Ato próprio, através de proposta apresentada pelo Senhor Primeiro-Secretário em parecer fundamentado.

§ 1º É vedado a qualquer Professor designado para ministrar as aulas do treinamento específico fazer parte da Banca Examinadora referida neste artigo.

§ 2º Os membros da Banca Examinadora poderão ser pessoas estranhas aos quadros de funcionários do Senado Federal.

Art. 6º O treinamento específico para Progressão Funcional dos candidatos que satisfizeram os requisitos fixados pelo citado parágrafo único do artigo 15 será executado durante o período de 14 de abril de 16 de junho do corrente ano, em caráter excepcional, com duração de 90 horas-aula.

Art. 7º Os servidores inscritos neste treinamento ficam dispensados do trabalho em suas unidades de lotação, no horário de frequência às aulas, durante o referido período.

Art. 8º O valor da hora-aula, para fins de retribuição do trabalho dos professores convocados para ministrarem as disciplinas do treinamento específico, será fixado pelo Senhor Primeiro-Secretário.

Art. 9º O treinamento específico constará das seguintes disciplinas: Direito Constitucional aplicado ao Processo Legislativo; Regimento Interno do Senado Federal; Regimento Comum do Congresso Nacional, Regulamento Administrativo do Senado Federal e Português a nível prático de redação de textos legislativos, de anais, de atas e de correspondência oficial e epistolar.

Art. 10. Serão considerados habilitados no treinamento específico os candidatos que alcançarem a média de 60 pontos na prova final.

Art. 11. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, 24 de abril de 1980. — Luiz Viana — Nilo Coelho — Dinarte Mariz — Jorge Kalume — Alexandre Costa.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DE FINANÇAS

3ª REUNIÃO, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 1980

Às dez horas do dia dezessete de abril de mil novecentos e oitenta, na Sala "Clóvis Beviláqua", presentes os Senhores Senadores Cunha Lima, Presidente, Lomanto Júnior, Mauro Benevides, Jorge Kalume, Tancredo Neves, Alberto Silva, Pedro Simon, Jutahy Magalhães e Mendes Canale, reúne-se a Comissão de Finanças.

Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que, em seguida, é dada como aprovada.

A seguir, são apreciadas as seguintes proposições.

Ofício "S" nº 07/80 — Do Sr. Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares), destinado a investimentos em projetos rodoviários e de energia elétrica.

Relator: Senador Saldanha Derzi

Parecer: Favorável ao projeto, na forma do Projeto de Resolução que apresenta.

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei do Senado nº 82/79 — Altera o artigo 5º do Decreto-lei nº 999, de 21 de outubro de 1969.

Relator: Senador Mauro Benevides

Parecer: Favorável ao projeto, na forma da Emenda Substitutiva nº 1-CF.

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de lei do Senado nº 1/80-DF — Estende aos funcionários aposentados da Administração Direta do Distrito Federal as vantagens financeiras decorrentes da aplicação do Plano de Classificação de cargos, instituído pela Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, e dá outras providências.

Relator: Senador Mauro Benevides

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de lei da Câmara nº 1/80 - Autoriza a doação do terreno que menciona, situado no município de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador Pedro Simon

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de lei da Câmara nº 63/79 - Institui a Caderneta de Controle do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Relator: Senador Alberto Silva

Parecer: Contrário

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei do Senado nº 142/77 - Complementar - Acrescenta § 4º, ao artigo 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975.

Relator: Senador Alberto Silva

Parecer: Contrário

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei do Senado nº 175/79 — Altera a Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978, que concede amparo aos ex-combatentes julgados incapacitados definitivamente para o serviço militar.

Relator: Senador Cunha Lima

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 81/77 — Atribui à TELEBRÁS ou às suas subsidiárias a incumbência de elaborar listas telefônicas.

Relator: Senador Tancredo Neves

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

São retirados da pauta os seguintes projetos: PLS-286/76, PLC-23/77, PLC-70/78, PLS-19/78 e PLC-87/79.

Esgotada a pauta de trabalhos, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE ECONOMIA

4ª Reunião, realizada em 23 de abril de 1980.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e três de abril de mil novecentos e oitenta, na Sala de Reuniões do Anexo B, presentes os Srs. Senadores Teotônio Vilela, Presidente; Luiz Cavalcante, José Lins, Marcos Freire, Pedro Simon e Bernardino Viana, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer por motivo justificado os Srs. Senadores Arnon de Mello, Jessé Freire, Milton Cabral, Benedito Canelas e Roberto Saturnino.

Verificada a existência de número regimental o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, sendo dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

São apreciados os seguintes projetos:

Mensagem nº 322/79. — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim (SP) a elevar em Cr\$ 30.584.005,63, o montante de sua dívida consolidada.

Relator: Senador José Lins.

Parecer: favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer.

Mensagem nº 37/80 — Do Senhor Presidente da República submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizado o Departamento Municipal da Habitação — DEMHAB — da cidade de Porto Alegre (RS) a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 606.098.080,00 junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A.

Relator: Senador José Lins.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer.

Mensagem nº 49/80 — Do Sr. Presidente da República submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Manaus (AM) a elevar em Cr\$ 5.599.000,00, o montante de sua dívida consolidada.

Relator: Senador Bernardino Viana.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Decreto Legislativo nº 20/79 — Aprova o texto das Emendas ao Regulamento de Execução Regido pelo Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes — PCT, adotadas na Assembléia da União Internacional de Cooperação em Matéria de Patentes, realizada em Genebra, no dia 14 de abril de 1978, e a Errata ao texto do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes — PCT, concluído em Washington, em 19 de junho de 1970.

Relator: Senador Luiz Cavalcante.

Parecer: Pela aprovação.

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Decreto Legislativo nº 27/79 — Aprova o texto do acordo Básico de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Jamáiría Árabe Popular Socialista da Líbia, celebrado em Brasília, a 30 de junho de 1978.

Relator: Senador Luiz Cavalcante.

Parecer: Pela aprovação.

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei do Senado nº 181/76 — Dispõe sobre a uniformização do salário mínimo em todo o País.

Relator: Senador Pedro Simon.

Parecer: Pela aprovação.

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei do Senado nº 25/79 — Altera o artigo 14 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e dá outras providências.

Relator: Senador José Lins.

Parecer: Pela aprovação.

Conclusão: Aprovação do parecer.

É retirado da pauta, a pedido do relator, o Projeto de Lei da Câmara nº 81/77.

A Presidência concede vista do Projeto de Lei da Câmara nº 19/78 ao Senador José Lins e do Projeto de Lei da Câmara nº 71/78 ao Senador Pedro Simon.

São adiados os seguintes projetos: Mensagem nº 51/80, Projeto de Lei do Senado nº 154/75-Complementar e Projeto de Lei do Senado nº 117/79.

Em seguida o Sr. Presidente concede a palavra ao Senador Marcos Freire que sugere à Comissão seja formulado convite ao Ministro da Indústria e Comércio, Dr. Camilo Pena para, em data a ser fixada oportunamente, prestar esclarecimentos perante este Órgão Técnico, sobre "os problemas da indústria canavieira no Nordeste", acolhido por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Guilherme Thees Ribeiro, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7ª REUNIÃO, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1980

Às dez horas do dia vinte e três de abril de mil novecentos e oitenta, na Sala "Clóvis Beviláqua", sob a presidência do Sr. Senador Aloysio Chaves, 1º-Vice-Presidente, e, eventualmente, do Sr. Senador Nelson Carneiro, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Srs. Senadores Almir Pinto, Aderbal Jurema, Bernardino Viana, Lázaro Barboza, Helvídio Nunes, Murilo Badaró, Cunha Lima, Leite Chaves, Amaral Furlan e Raimundo Parente.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Henrique de La Rocque, José Sarney, Moacyr Dalla, Hugo Ramos, Paulo Brossard e Franco Montoro.

Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

A seguir, passa-se à apreciação das matérias constantes da pauta e são relatados os seguintes projetos: 1) Pelo Senador Aderbal Jurema: Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1979, que "autoriza o MEC, através do Conselho Federal de Educação incluir nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º Graus e Superior, estudo sobre as vidas do Coronel José Plácido de Castro e do Marechal-do-Ar Eduardo Gomes". Parecer: favorável, por constitucional e jurídico. Em discussão o parecer, o Sr. Senador Nelson Carneiro manifesta-se contrário à proposição, quanto ao mérito, pelo fato de a mesma excluir diversas outras personalidades também merecedoras da homenagem pretendida no projeto. Acompanham o pensamento expendido pelo Sr. Senador Nelson Carneiro os Srs. Senadores Leite Chaves, Lázaro Barboza e Murilo Badaró. Encerrada a discussão e posto em votação o parecer do Relator, Senador Aderbal Jurema, é o mesmo rejeitado e a presidência designa para relatar o vencido o Sr. Senador Nelson Carneiro. 2) Pelo Senador Lázaro Barboza: Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1977, que "acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, que "altera a redação do artigo 66 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências". Parecer: favorável ao projeto, por oportuno e conveniente. O parecer é aprovado, por unanimidade. 3) Pelo Senador Nelson Carneiro: Projeto de Lei do Senado nº 190, de 1979, que "altera a redação do artigo 280 do Código de Processo Civil e dá outras providências". Parecer: contrário, por inconveniente. Ao Projeto o Sr. Senador Bernardino Viana apresenta um Voto em Separado concluindo pela sua aprovação. Discutem a matéria os Srs. Senadores Nelson Carneiro e Murilo Badaró, ambos contrários às argumentações apresentadas pelo Sr. Senador Bernardino Viana, em seu voto. Encerrada a discussão, a Comissão aprova o parecer do Relator, Senador Nelson Carneiro, com voto em separado, vencido, do Sr. Senador Bernardino Viana. 4) Pelo Senador Nelson Carneiro: Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1980-DF, que "fixa os valores de retribuição de empregos que integram as Categorias Funcionais de Assistente Jurídico e Procurador Autárquico, do Grupo—Serviços Jurídicos, do Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Distrito Federal, instituído pela Lei nº 5.920/73 e dá outras providências". Parecer: favorável, por constitucional e jurídico. O parecer é aprovado, por unanimidade. 5) Pelo Senador Nelson Carneiro: Emenda Substitutiva de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1977, que "altera a redação do caput do art. 687 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil)". Parecer: favorável, com a Subemenda nº 1-CCJ (Substitutiva) que oferece. Em discussão o parecer do Sr. Senador Helvídio Nunes sugere nova redação ao texto do Substitutivo proposto pelo Relator. Na oportunidade, o Sr. Senador Nelson Carneiro faz algumas ponderações à proposta feita pelo Sr. Senador Helvídio Nunes e, pelas razões que expõe, mantém o seu parecer com a redação dada à subemenda que propõe. Encerrada a discussão, o parecer é aprovado, por unanimidade. 6) Pelo Senador Nelson Carneiro: Projeto de Lei do Senado nº 353, de 1979, que "assegura a continuidade do pagamento de benefício, pelo INPS, até que haja revisão do mesmo pela Junta de Recursos da Previdência Social". Parecer: pela constitucionalidade e juridicidade; favorável, quanto ao mérito. O parecer é aprovado, por unanimidade. 7) Projeto de Lei do Senado nº 374, de 1979, que "dispõe sobre consulta prévia às populações de municípios compreendidos em áreas de localização ou construção de instalações nucleares". Relator: Senador Nelson Carneiro. Parecer: pela constitucionalidade e juridicidade, com a Emenda nº 1-CCJ, que oferece. A presidência concede vista do Projeto do Sr. Senador Murilo Badaró. 8) Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1980, que "regulamenta, junto ao IPC, a nova situação jurídica de seus atuais contribuintes facultativos, advindo das Leis nºs

6.497/77 e 6.677/79, combinadas com o art. 41, alínea a do Regimento Básico do IPC". Relator: Senador Nelson Carneiro. Parecer: por audiência do IPC. Aprovado, por unanimidade. 9) Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1980, que "dispõe sobre a aposentadoria especial do músico". Relator: Senador Nelson Carneiro. Parecer: por audiência do Ministério da Previdência e Assistência Social. Aprovado, por unanimidade. 10) Projeto de Resolução de autoria da Comissão do Distrito Federal sobre o Ofício "S" nº 23, de 1979, do Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, encaminhando ao Senado Federal o Relatório sobre as contas do Governo do Distrito Federal, no exercício de 1978. Relator: Senador Raimundo Parente. Parecer: pela constitucionalidade e juridicidade do projeto. A Comissão aprova, por unanimidade, o parecer do Relator. 11) Projeto de Lei do Senado nº 150, de 1979, que "permite aos empregados a utilização da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para a construção da casa própria". Relator: Senador Raimundo Parente. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico. Em discussão o parecer, o Sr. Senador Helvídio Nunes manifesta-se contrário à aprovação do projeto, pelas razões que expõe. Por sua vez, o Sr. Senador Lázaro Barboza, tendo em vista as considerações feitas pelo Sr. Senador Helvídio Nunes sugere que o Relator aperfeiçoe a matéria mediante a apresentação de uma emenda. Com a palavra, o Sr. Senador Murilo Badaró declara que votará com restrições. Encerrada a discussão, o parecer do Relator, Senador Raimundo Parente, é aprovado, tendo voto com restrições do Senador Helvídio Nunes e voto com restrições, quanto ao mérito, do Senador Murilo Badaró. 12) Projeto de Lei do Senado nº 188, de 1978, que "acrescenta e modifica a redação de dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966". Relator: Senador Almir Pinto. Parecer: pela anexação do projeto aos PLS nºs 319/79 e 48/78. Sem restrições, a Comissão aprova o parecer do Relator. 13) Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1979, que "dispõe sobre o exercício da profissão de Ortopista e dá outras providências"; e, Projeto de Lei do Senado nº 342, de 1979, que "regulamenta a profissão de Ortopista e dá outras providências". Relator: Senador Almir Pinto. Parecer: por audiência do Ministério da Educação e Cultura sobre os respectivos projetos, que tramitam em conjunto. Sem votos discordantes, o parecer do Relator é aprovado. 14) Emenda nº 1, de Plenário, ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1979, que "autoriza o Departamento Nacional de Obras contra as Secas — DNOCS, autarquia vinculada ao Ministério do Interior, a doar o imóvel que menciona, situado no Município de Icó, Estado do Ceará, e dá outras providências". Relator: Senador Almir Pinto. Parecer: favorável ao projeto e à emenda. O parecer é aprovado, por unanimidade. 15) Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1979, que "altera a redação do inciso III do artigo 8º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores". Relator: Senador Aloysio Chaves. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico. Em discussão o parecer, o Sr. Senador Lázaro Barboza tece algumas considerações a respeito do Decreto-lei nº 201, de 1967 e conclui a sua oração emprestando todo o seu apoio ao parecer do Relator. Encerrada a discussão, o parecer é aprovado, por unanimidade. 16) Projeto de Lei do Senado nº 219, de 1979, que "dá nova redação ao caput do artigo 15, do Decreto-lei nº 1.642, de 7 de dezembro de 1978, que alterou a legislação do imposto de renda das pessoas físicas". Relator: Senador Aloysio Chaves. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico. Sem debates, a Comissão aprova, por unanimidade, o parecer do Relator. 17) Projeto de Lei do Senado nº 371, de 1979, que "regula o pagamento do laudêmio incidente nas transmissões financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação". Relator: Senador Aloysio Chaves. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico. 18) Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1980, que "dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e dá outras providências". Relator: Senador Cunha Lima. Parecer: favorável, com a Emenda nº 1-CCJ que oferece. Ao Projeto, o Sr. Senador Aloysio Chaves apresenta um Voto em Separado em que conclui pela sua aprovação, por constitucional e jurídico, na forma da Emenda Substitutiva que propõe. Em discussão a matéria, o Sr. Senador Cunha Lima enaltece o trabalho realizado pelo Sr. Senador Aloysio Chaves, no aperfeiçoamento da proposição e encerra as suas palavras manifestando-se pela aprovação do voto do Sr. Senador Aloysio Chaves. Encerrada a discussão, a Comissão aprova o Voto em Separado oferecido pelo Sr. Senador Aloysio Chaves, que passa a ser o parecer da Comissão, e o parecer do Sr. Senador Cunha Lima acompanha o processo como voto em separado. 19) Emenda Substitutiva da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei do Senado nº 271, de 1975, que "dispõe sobre a inscrição dos funcionários municipais junto ao INPS". Relator: Senador Helvídio Nunes. Parecer: contrário à emenda, por injuridicidade. O parecer é aprovado, por unanimidade. 20) Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1979, que "acrescenta parágrafo único ao artigo 37 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social)". Relator: Senador Murilo Badaró. Parecer: contrário, quanto ao mérito, por injurídico e inconstitucional. Usam da palavra para discutir

o parecer do Relator os Srs. Senadores Nelson Carneiro, Lázaro Barboza, Helvídio Nunes e Bernardino Viana. Encerrada a discussão, a presidência concede vista do projeto ao Sr. Senador Helvídio Nunes. 21) Projeto de Lei do Senado nº 43, de 1979, que "assegura aos assalariados a contagem do tempo de serviço prestado no meio rural". Relator: Senador Almir Pinto. Parecer: contrário, por inconstitucional. A presidência concede vista do projeto ao Sr. Senador Nelson Carneiro. 22) Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1979, que "acrescenta § 4º ao artigo 28, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964". Relator: Senador Almir Pinto. Parecer: contrário, por injurídico e inconstitucional. Usam da palavra, para discutir a matéria os Srs. Senadores Nelson Carneiro e Lázaro Barboza, ambos contrários ao parecer do Relator. Encerrada a discussão, o parecer é aprovado, com voto vencido do Sr. Senador Lázaro Barboza e o Sr. Senador Nelson Carneiro, sendo o autor do projeto assina o parecer sem voto, para efeito de *quorum*. 23) Projeto de Resolução de autoria da Comissão de Finanças sobre o Ofício "S" nº 7, de 1980, do Senhor Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando autori-

zação do Senado Federal, para contratar empréstimo externo no valor de US\$ 20,0 milhões, destinados a investimentos em projetos rodoviários e de energia elétrica. Relator: Senador Murilo Badaró. Parecer: favorável, por constitucional e jurídico. A Comissão aprova, por unanimidade, o parecer do Relator. Face ao adiantado da hora, o Sr. Presidente determina o adiamento da apreciação dos pareceres dos Relatores sobre as seguintes proposições: Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 1978; Projeto de Lei do Senado nº 366, de 1979; Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1979; Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1979; Projeto de Lei do Senado nº 262, de 1979; Projeto de Lei do Senado nº 3, de 1980; Projeto de Lei do Senado nº 150, de 1978; Projeto de Lei do Senado nº 285, de 1978; Projeto de Lei do Senado nº 345, de 1978; Projeto de Lei do Senado nº 163, de 1979; Projeto de Lei do Senado nº 132, de 1978; e, Projeto de Lei do Senado nº 346, de 1979.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

<p>MESA</p> <p>Presidente Luiz Viana</p> <p>1º-Vice-Presidente Nilo Coelho</p> <p>2º-Vice-Presidente Dinarte Mariz</p> <p>1º-Secretário Alexandre Costa</p> <p>2º-Secretário Gabriel Hermes</p> <p>3º-Secretário Lourival Baptista</p> <p>4º-Secretário Gastão Müller</p> <p>Suplentes de Secretários Jorge Kalume Benedito Canelas Passos Pôrto</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO PMDB</p> <p>Líder Paulo Brassard</p> <p>Vice-Líderes Humberto Lucena José Richa Marcos Freire Mauro Benevides Nelson Carneiro Orestes Quêrcia Pedro Simon Roberto Saturnino</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO POPULAR — PP</p> <p>Líder Gilvan Rocha</p> <p>Vice-Líderes Evelásio Vieira Alberto Silva</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS</p> <p>Líder Jarbas Passarinho</p> <p>Vice-Líderes Aderbal Jurema Aloysio Chaves Bernardino Viana José Lins Lomanto Júnior Moacyr Dalla Murilo Badaró Saldanha Derzi</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO — PTB</p> <p>Líder Leite Chaves</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DOS TRABALHADORES — PT</p> <p>Líder Henrique Santillo</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

COMISSÕES

Diretor: Antônio Carlos de Nogueira
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 223-6244 e 225-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cândido Hippert
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 225-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evelásio Vieira
Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	Suplentes
1. Passos Pôrto	1. Jutahy Magalhães
2. Benedito Canelas	2. Affonso Camargo
3. Pedro Pedrossian	3. João Calmon
4. José Lins	
1. Evelásio Vieira	1. Agenor Maria
2. Leite Chaves	2. Amaral Peixoto
3. José Richa	

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — Ramal 307
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II —
Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Mendes Canale
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares

- Mendes Canale
- José Lins
- Eunice Michiles
- Vicente Vuolo

Suplentes

- Raimundo Parente
- Alberto Silva
- Almir Pinto

- Eandro Carneira
- Agenor Maria
- Mauro Benevides

- Marcos Freire
- Humberto Lucena

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Henrique de La Rocque
1º-Vice-Presidente: Aloysio Chaves
2º-Vice-Presidente: Hugo Ramos

Titulares

- Henrique de La Rocque
- Helvídio Nunes
- José Sarney
- Aloysio Chaves
- Aderbal Jurema
- Murilo Badaró
- Moacyr Dalla
- Amaral Furlan
- Raimundo Parente

Suplentes

- Lenoir Vargas
- João Calmon
- Almir Pinto
- Milton Cabral
- Bernardino Viana
- Arnon de Mello

- Hugo Ramos
- Leite Chaves
- Lázaro Barboza
- Nelson Carneiro
- Paulo Brassard
- Franco Montoro

- Cunha Lima
- Tancredo Neves
- Dirceu Cardoso

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)
(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jessé Freire
Vice-Presidente: Lázaro Barboza

Titulares

- Jessé Freire
- José Sarney
- Passos Pôrto
- Saldanha Derzi
- Affonso Camargo
- Murilo Badaró
- Benedito Ferreira

Suplentes

- José Guimard
- Tarso Dutra
- Benedito Canelas
- Moacyr Dalla

- Itamar Franco
- Lázaro Barboza
- Adalberto Sena
- Mauro Benevides

- Henrique Santillo
- Roberto Saturnino
- Gilvan Rocha

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)
(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Teotônio Vilela
Vice-Presidente: Roberto Saturnino

Titulares

- Arnon de Mello
- Bernardino Viana
- José Lins
- Jessé Freire
- Milton Cabral
- Benedito Canelas
- Luiz Cavalcante

Suplentes

- Helvídio Nunes
- Alberto Silva
- Benedito Ferreira
- Vicente Vuolo

- Roberto Saturnino
- Teotônio Vilela
- Marcos Freire
- Pedro Simon

- José Richa
- Orestes Quêrcia
- Tancredo Neves

Assistente: Francisco Guilherme Thees Ribeiro — Ramal 306
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala do Anexo B — Ramal 442

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon
Vice-Presidente: Jutahy Magalhães

Titulares	Suplentes
1. João Calmon	1. José Lins
2. Tarso Dutra	2. Arnon de Mello
3. Jutahy Magalhães	3. Jorge Kalume
4. Aloysio Chaves	4. Pedro Pedrossian
5. Aderbal Jurema	
6. Eunice Michiles	
1. Adalberto Sena	1. Marcos Freire
2. Evelásio Vieira	2. Gilvan Rocha
3. Franco Montoro	

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — Ramal 307
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)
(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cunha Lima
Vice-Presidente: Tancredo Neves

Titulares	Suplentes
1. Raimundo Parente	1. Saldanha Derzi
2. Arnon de Mello	2. Henrique de La Rocque
3. Lomanto Júnior	3. Jessé Freire
4. Affonso Camargo	4. José Sarney
5. Vicente Vuolo	5. Milton Cabral
6. Alberto Silva	6. José Guimard
7. Amaral Furlan	
8. Jorge Kalume	
9. Jutahy Magalhães	
10. Mendes Canale	
1. Cunha Lima	1. Paulo Brossard
2. Tancredo Neves	2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino	3. Lázaro Barboza
4. Amaral Peixoto	4. José Richa
5. Pedro Simon	
6. Mauro Benevides	
7. Teotônio Vilela	

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Helvídia Nunes
Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares	Suplentes
1. Lenoir Vargas	1. Jutahy Magalhães
2. Helvídia Nunes	2. Raimundo Parente
3. Jessé Freire	3. Eunice Michiles
4. Moacyr Dalla	4. Benedito Canelas
5. Henrique de La Rocque	
6. Aloysio Chaves	

- | | |
|--------------------|--------------------|
| 1. Franco Montoro | 1. Nelson Carneiro |
| 2. Humberto Lucena | 2. Marcos Freire |
| 3. Jaison Barreto | |

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — Ramal 497
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Alberto Silva

Titulares	Suplentes
1. Luiz Cavalcante	1. Affonso Camargo
2. Milton Cabral	2. João Calmon
3. Alberto Silva	3. Jutahy Magalhães
4. Arnon de Mello	
1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Roberto Saturnino
3. Henrique Santillo	

Assistente: Carlos da Fonseca Braga — Ramal 675
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Anexo "B" — Sala ao lado do Gab. da Sra. Senadora Eunice Michiles — Ramal 484

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dirceu Cardoso
Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares	Suplentes
1. Tarso Dutra	1. João Calmon
2. Saldanha Derzi	2. Murilo Badaró
3. Mendes Canale	3. José Sarney
1. Dirceu Cardoso	1. Hugo Ramos
2. Adalberto Sena	

Assistente: Maria Thereza Magalhães Motta — Ramal 134
Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra
1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi
2º-Vice-Presidente: Lomanto Júnior

Titulares	Suplentes
1. Tarso Dutra	1. Aloysio Chaves
2. Bernardino Viana	2. Pedro Pedrossian
3. Saldanha Derzi	3. Henrique de La Rocque
4. Lomanto Júnior	4. José Guimard
5. Mendes Canale	5. Luiz Cavalcante
6. Aderbal Jurema	6.
7. Almir Pinto	
8. Lenoir Vargas	
9. José Sarney	

- | | |
|--------------------|--------------------|
| 1. Paulo Brossard | 1. Marcos Freire |
| 2. Nelson Carneiro | 2. Mauro Benevides |
| 3. Itamar Franco | 3. Leite Chaves |
| 4. José Richa | |
| 5. Amaral Peixoto | |
| 6. Tancredo Neves | |

Assistente: Cândido Hippertt — Ramais 301 e 313
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gilvan Rocha
Vice-Presidente: Henrique Santillo

Titulares	Suplentes
1. Lomanto Júnior	1. Saldanha Derzi
2. Almir Pinto	2. Jorge Kalume
3. Alberto Silva	3. Benedito Canelas
4. José Guimard	
1. Gilvan Rocha	1. José Richa
2. Henrique Santillo	2. Adalberto Sena
3. Jaison Barreto	

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jorge Kalume
Vice-Presidente: Mauro Benevides

Titulares	Suplentes
1. Jorge Kalume	1. Raimundo Parente
2. Luiz Cavalcante	2. Amaral Furlan
3. Murilo Badaró	3. José Guimard
4. Benedito Ferreira	
1. Mauro Benevides	1. Cunha Lima
2. Agenor Maria	2. Jaison Barreto
3. Hugo Ramos	

Assistente: Carlos da Fonseca Braga — Ramal 675
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:30 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Evandro Carreira
Vice-Presidente: Humberto Lucena

Titulares	Suplentes
1. Raimundo Parente	1. Affonso Camargo
2. Henrique de La Rocque	2. Pedro Pedrossian
3. Bernardino Viana	3. Aderbal Jurema
4. Alberto Silva	

1. Evandro Carreira
2. Humberto Lucena
3. Lázaro Barbosa

1. Orestes Quércia
2. Evelásio Vieira

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — Ramal 497
Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Ferreira
Vice-Presidente: Vicente Vuolo

Titulares

1. Benedito Ferreira
2. Vicente Vuolo
3. Pedro Pedrossian
4. Affonso Camargo

1. Evandro Carreira
2. Lázaro Barbosa
3. Orestes Quércia

Assistente: Leila Leivas Ferro Costa — Ramal 497
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Ruy Barbosa" — Anexo II —
Ramais 621 e 716

Suplentes

1. Passos Pôrto
2. Lomanto Júnior
3. Alberto Silva

1. Leite Chaves
2. Agenor Maria

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS
E DE INQUÉRITO

Comissões Temporárias

Chefe: Alfeu de Oliveira
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 225-8505 — Ramal 303
1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos
3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum)

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598; Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES
HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
PARA O ANO DE 1979

HORAS	TERÇA	SALAS	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	SALAS	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	LEILA	09:30	C.F.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 623	GUILHERME
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 623	GUILHERME		C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	LEDA
HORAS	QUARTA	SALAS	ASSISTENTE	10:00	C.E.C.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 623	SÉRGIO
09:30	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	CARLOS		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	LEDA
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 623	DANIEL	10:30	C.S.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	LÊDA
	C.A.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	SÉRGIO	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 623	LEILA
10:30	C.E.	ANEXO "B" Ramais — 621 e 716	FRANCISCO	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁCQUA Ramal — 623	MARIA THEREZA
11:00	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais — 621 e 716	CÂNDIDO				
	C.M.E.	ANEXO "B" Ramal — 484	CARLOS				